

Geografia

Questão agrária e população

Organizadores

Sonia Maria Vanzella Castellar

Elvio Rodrigues Martins

Elaboradores

Ana Lúcia de Araujo Guerrero

Heitor Antônio Paladim Junior

Jerusa Vilhena de Moraes

5

módulo

Nome do Aluno _____

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador: *Geraldo Alckmin*

Secretaria de Estado da Educação de São Paulo

Secretário: *Gabriel Benedito Issac Chalita*

Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – CENP

Coordenadora: *Sônia Maria Silva*

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: *Adolpho José Melfi*

Pró-Reitora de Graduação

Sônia Teresinha de Sousa Penin

Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária

Adilson Avansi Abreu

FUNDAÇÃO DE APOIO À FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAFE

Presidente do Conselho Curador: *Selma Garrido Pimenta*

Diretoria Administrativa: *Anna Maria Pessoa de Carvalho*

Diretoria Financeira: *Sílvia Luzia Frateschi Trivelato*

PROGRAMA PRÓ-UNIVERSITÁRIO

Coordenadora Geral: *Eleny Mitrulis*

Vice-coordenadora Geral: *Sônia Maria Vanzella Castellar*

Coordenadora Pedagógica: *Helena Coharik Chamlian*

Coordenadores de Área

Biologia:

Paulo Takeo Sano – Lyría Mori

Física:

Maurício Pietrocola – Nobuko Ueta

Geografia:

Sônia Maria Vanzella Castellar – Elvio Rodrigues Martins

História:

Kátia Maria Abud – Raquel Glezer

Língua Inglesa:

Anna Maria Carmagnani – Walkyria Monte Mór

Língua Portuguesa:

Maria Lúcia Victório de Oliveira Andrade – Neide Luzia de Rezende – Valdir Heitor Barzotto

Matemática:

Antônio Carlos Brolezzi – Elvia Mureb Sallum – Martha S. Monteiro

Química:

Maria Eunice Ribeiro Marcondes – Marcelo Giordan

Produção Editorial

Dreampix Comunicação

Revisão, diagramação, capa e projeto gráfico: *André Jun Nishizawa, Eduardo Higa Sokei, José Muniz Jr. Mariana Pimenta Coan, Mario Guimarães Mucida e Wagner Shimabukuro*

The background features a stylized illustration of a large tree on the right side, with its trunk and branches extending across the frame. The tree is rendered in a dark brown color. The rest of the background is a light beige or tan color, with faint, white, wavy lines that resemble a map or a topographical drawing. The overall style is minimalist and artistic.

***Cartas ao
Aluno***

Carta da

Secretaria de Estado da Educação

Caro aluno,

Com a efetiva expansão e a crescente melhoria do ensino médio estadual, os desafios vivenciados por todos os jovens matriculados nas escolas da rede estadual de ensino, no momento de ingressar nas universidades públicas, vêm se inserindo, ao longo dos anos, num contexto aparentemente contraditório.

Se de um lado nota-se um gradual aumento no percentual dos jovens aprovados nos exames vestibulares da Fuvest — o que, indubitavelmente, comprova a qualidade dos estudos públicos oferecidos —, de outro mostra quão desiguais têm sido as condições apresentadas pelos alunos ao concluírem a última etapa da educação básica.

Diante dessa realidade, e com o objetivo de assegurar a esses alunos o patamar de formação básica necessário ao restabelecimento da igualdade de direitos demandados pela continuidade de estudos em nível superior, a Secretaria de Estado da Educação assumiu, em 2004, o compromisso de abrir, no programa denominado Pró-Universitário, 5.000 vagas para alunos matriculados na terceira série do curso regular do ensino médio. É uma proposta de trabalho que busca ampliar e diversificar as oportunidades de aprendizagem de novos conhecimentos e conteúdos de modo a instrumentalizar o aluno para uma efetiva inserção no mundo acadêmico. Tal proposta pedagógica buscará contemplar as diferentes disciplinas do currículo do ensino médio mediante material didático especialmente construído para esse fim.

O Programa não só quer encorajar você, aluno da escola pública, a participar do exame seletivo de ingresso no ensino público superior, como espera se constituir em um efetivo canal interativo entre a escola de ensino médio e a universidade. Num processo de contribuições mútuas, rico e diversificado em subsídios, essa parceria poderá, no caso da estadual paulista, contribuir para o aperfeiçoamento de seu currículo, organização e formação de docentes.

Prof. Sonia Maria Silva

Coordenadora da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas

Carta da

Pró-Reitoria de Graduação

Caro aluno,

Com muita alegria, a Universidade de São Paulo, por meio de seus estudantes e de seus professores, participa dessa parceria com a Secretaria de Estado da Educação, oferecendo a você o que temos de melhor: conhecimento.

Conhecimento é a chave para o desenvolvimento das pessoas e das nações e freqüentar o ensino superior é a maneira mais efetiva de ampliar conhecimentos de forma sistemática e de se preparar para uma profissão.

Ingressar numa universidade de reconhecida qualidade e gratuita é o desejo de tantos jovens como você. Por isso, a USP, assim como outras universidades públicas, possui um vestibular tão concorrido. Para enfrentar tal concorrência, muitos alunos do ensino médio, inclusive os que estudam em escolas particulares de reconhecida qualidade, fazem cursinhos preparatórios, em geral de alto custo e inacessíveis à maioria dos alunos da escola pública.

O presente programa oferece a você a possibilidade de se preparar para enfrentar com melhores condições um vestibular, retomando aspectos fundamentais da programação do ensino médio. Espera-se, também, que essa revisão, orientada por objetivos educacionais, o auxilie a perceber com clareza o desenvolvimento pessoal que adquiriu ao longo da educação básica. Tomar posse da própria formação certamente lhe dará a segurança necessária para enfrentar qualquer situação de vida e de trabalho.

Enfrente com garra esse programa. Os próximos meses, até os exames em novembro, exigirão de sua parte muita disciplina e estudo diário. Os monitores e os professores da USP, em parceria com os professores de sua escola, estão se dedicando muito para ajudá-lo nessa travessia.

Em nome da comunidade USP, desejo-lhe, meu caro aluno, disposição e vigor para o presente desafio.

Sonia Teresinha de Sousa Penin.

Pró-Reitora de Graduação.

Apresentação da área

Eu sou de Guainases. E eu da Cidades Tiradentes. Onde fica a Vila Prudente? Eu nasci em Guarulhos, mas meu pai veio de Pernambuco. Eu moro na zona Leste, mas trabalho na Freguesia do Ó. E assim poderíamos continuar a citar os diferentes lugares. Um de morada, outro de trabalho. Um de origem outro de chegada. De onde se veio e de onde se vive. Um aqui e um lá, que nos faz deslocar de ônibus, trem, metrô, e dependendo da distância, até mesmo de navio, ou de avião. Às vezes longe, às vezes perto. E, às vezes, quando vamos, voltamos, e por outra ficamos, mudamos de lugar. E no deslocamento, na hora que nos movimentamos, olhamos pela janela a paisagem se movendo, como quem se movesse fosse ela e não nós. Casas, prédios, avenidas, carros, caminhões, pontes, viadutos, praças, estações, pessoas, muitas pessoas, árvores, postes, semáforos, placas (vende-se, compra-se, aluga-se...), anúncios em cartazes vendendo de hambúrguer a cigarro, de carro a jeans, e por aí vai o desfile das paisagens. É a cara da geografia em que vivemos. A geografia da cidade.

Para quem não sabe, tudo parece confuso, no máximo familiar, mas caótico, bagunçado mesmo. E é onde vivemos. Mas porque isso? Porque uma coisa é perto e outra é longe? Por que eu moro aqui e meu trabalho fica em outro lugar? Porque eu sou daqui e meu pai veio de outro lugar? Periferia, o que é isso? Ser da periferia é ser periférico a que? Onde está o centro? E é centro de que? Afinal, por que as coisas estão localizadas onde estão, distribuídas desse jeito? A gente ouve e por vezes fala: “sou da periferia”, “o Brasil é um país periférico”, e nos perguntamos, que lugar é este, a periferia? Ser de um determinado lugar significa o quê? Tem vezes que a gente diz: olha, ele é carioca e ele é cearense. Daí estamos a falar sem perceber o que cada pessoa é, pois parece que o lugar de onde elas vieram diz muito do que elas são. Pode ser até que isso seja um exagero, mas observe como fazemos isso no dia-a-dia. Pelo menos dá para concluir que muito do que somos depende do lugar de onde vivemos.

De qualquer maneira, existe como responder a todas as perguntas que fizemos aqui. Quem é capaz de responder isso tudo para nós é a Geografia. E é por isso que temos que estudar essa matéria, pois assim podemos responder um tanto quem somos nós. Nesta apostila você vai encontrar um conhecimento que permite a compreensão da sua localização na cidade, no Brasil e no Mundo. Vai compreender a que geografia você pertence ou qual geografia faz parte de você. Também vai descobrir o quanto esta geografia é importante nas nossas vidas, e o quanto é necessário conhecê-la, pois é bem provável que ela necessite ser transformada, modificada, e, quem sabe, até revolucionada.

Agora, para começar, pergunte-se: que Geografia é essa? Se ela está bagunçada, faça como Jorge Ben, chame o síndico, mas neste caso chame o professor de geografia. Não se perca, se oriente rapaz, use o mapa. Tá difícil? Não tem erro, estamos aqui para isso, já que o leste fica aqui, vamos dar o rumo. Bom estudo, ou boa viagem...

Apresentação do módulo

Até bem pouco tempo, os conteúdos e conceitos relacionados à produção do espaço agrário e às transformações de suas paisagens eram estudados de modo fragmentado; eram considerados somente aspectos relativos às condições naturais e às técnicas de produção dos alimentos. Isso significava deixar de lado questões ligadas às pessoas que produziam os alimentos, suas características socioeconômicas e culturais, seu posicionamento político, enfim, sua história de vida e sua experiência no mundo.

Atualmente, os estudos desenvolvidos na área da Geografia Agrária e de População defendem, entre outros temas, a compreensão das relações sociais no campo e na cidade, o que significa abordar a estruturação da produção de várias formas em função da organização da sociedade na qual a produção e a população se inserem. Nesse sentido, é menos importante “memorizar” fatos descontextualizados; assim, a realidade do campo brasileiro e de seu campesinato, bem como a dinâmica populacional, tornam-se temas para instigantes discussões em Geografia. Cada uma das unidades fará recortes sobre os temas propostos nesse módulo, na medida em que incorporam em suas análises diferentes pontos de vista.

Introdução: estudos de geografia agrária

Simielli, 2000. *Geoatlas*. São Paulo: Ed. Ática.

Até bem pouco tempo, estudávamos conteúdos e conceitos relacionados à produção do espaço agrário e as transformações de suas paisagens de modo frag-

mentado, ou seja, considerava-se apenas os aspectos relativos às condições naturais e às técnicas de produção dos alimentos. Isso significava deixar de lado questões ligadas às pessoas que produziam tais alimentos, suas características socioeconômicas e culturais, seus posicionamentos político, enfim, suas histórias de vida e suas experiências no mundo. Atualmente, os estudos desenvolvidos na área da Geografia Agrária defendem, entre outros temas, a compreensão das relações sociais no campo, que significa estudar a estruturação da produção em face à organização da sociedade na qual essa produção se insere. Nesse sentido, é menos importante “memorizar” fatos descontextualizados, ao mesmo tempo em que entender a realidade do campo brasileiro e de seu campesinato tornam-se temas para instigantes discussões em Geografia.



Unidade 1

O campo no cotidiano da sociedade brasileira

Em nosso dia-a-dia, estamos em contato indireto com o campo por meio de alimentos, bens de consumo não-duráveis e semi-duráveis e por produtos industrializados de maior durabilidade, cuja matéria-prima tem origem nas áreas rurais. Esses bens de consumo podem ser utilizados de diferentes formas pelo homem e pela sociedade em que está inserido, como no lazer, nos estudos e no trabalho.

Entretanto, nem sempre todas as pessoas têm acesso a todos ou aos mesmos bens de consumo. Parte significativa da população do planeta, por exemplo, não tem acesso aos gêneros alimentícios para fazer três refeições por dia. Há famílias, no Brasil e em outros países desenvolvidos ou “em desenvolvimento”, que não fazem sequer uma refeição ao dia, impedindo-as de consumirem os nutrientes e calorias recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Outro aspecto que pode ser discutido nessa introdução é o caminho que esses produtos percorrem para chegar às gôndolas dos supermercados etc., e, portanto, até os consumidores. Muitos produtos perecíveis, como verduras e frutas frescas, chegam às nossas mesas mais rapidamente do que outros produtos em função do tempo de sua durabilidade. São bens que precisam ser consumidos em poucos dias. Por outro lado, há bens de consumo alimentício que podem ser consumidos em um prazo mais extenso, porque possuem aditivos químicos e conservantes que os tornam capazes de estender sua durabilidade para alguns meses. Portanto, a localização da cultura de certos gêneros alimentícios, como as hortaliças, dependem da proximidade do mercado consumidor ou então da presença de um sistema de transporte eficiente, capaz de vencer a distância entre o local de produção e o local de consumo em prazo suficiente para manter a qualidade do produto. Perceba que as inovações técnicas, como transporte em câmeras refrigeradas ou desenvolvimento de gêneros agrícolas mais resistentes, ampliam a área de cultivo.

Em nosso dia-a-dia, se prestarmos atenção a tudo o que consumimos, poderemos pensar também nos caminhos que as matérias-primas percorrem até serem transformadas em produtos consumíveis pelas sociedades. Qual é o local de origem, por exemplo, das ervas naturais e das sementes oleaginosas que são usadas na produção de sabonetes, xampus e outros produtos cosméticos? Qual é o tempo decorrido entre a colheita da matéria-prima, a fabricação do produto e seu prazo de validade apontados na embalagem?

Muitos dos produtos que consumimos em nosso cotidiano são comercializados nos entrepostos. O CEAGESP (Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo), por exemplo, é uma rede de distribuição e

Organizadores

Sonia Maria
Vanzella Castellar

Elvio Rodrigues
Martins

Elaboradores

Ana Lúcia de
Araujo Guerrero

Heitor Antônio
Paladim Junior

Jerusa Vilhena de
Moraes

abastecimento que possui dez entrepostos espalhados pelo Estado (na capital e no interior), comercializando mais de 350 toneladas de produtos por seus mais de 6.000 permissionários. A principal característica de entrepostos isolados ou em rede é vender os produtos no atacado. De lá, frutas, verduras, legumes, flores, pescados e outros gêneros agropecuários chegam ao consumidor em feiras livres, mercados municipais, quitandas, mercados de bairro, supermercados, “sacolões”, “varejões” e restaurantes. Esses locais de comércio vendem os produtos no varejo.

Atacado: comércio de produtos em grande quantidade e geralmente praticado por empresas e intermediários.

Varejo: comercialização de mercadorias em pequena quantidade e dirigido normalmente direto ao consumidor final.

As mercadorias originadas no campo, também chamado de zona ou área rural, são produzidas a partir do trabalho de camponeses agricultores. Além destes, questões mais amplas relacionadas ao campo, suas atividades e espacialização nos territórios envolvem outros elementos e outros sujeitos, como os latifundiários e as empresas agropecuárias, que estão diretamente relacionados não só à produção desses gêneros, mas à estrutura fundiária desses territórios.

A unidade cidade/ campo: uma contradição

“O processo de industrialização da agricultura tem eliminado gradativamente a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano. (...) Isso quer dizer que campo e cidade, cidade e campo formam uma unidade contraditória. Uma unidade onde a diferença entre os setores da atividade econômica (agricultura, pecuária e outros, em um; indústria, o comércio etc., em outro) vai sendo soldada de um lado pela presença, na cidade, do trabalhador assalariado (“bóia-fria”) do campo. (...) De outro lado, pode-se constatar que a industrialização dos produtos agrícolas pode ser feita no campo com os trabalhadores das cidades. Tudo indica que o desenvolvimento do capitalismo está soldando a união contraditória da agricultura e da indústria, do campo e da cidade, que ele mesmo separou no início de sua expansão.”

Fonte: OLIVEIRA, A.U. “Agricultura brasileira: transformações recentes”. In Ross, J.L.S. (org.). 1995. *Geografia do Brasil*. Coleção Didática 3. São Paulo: Edusp; p. 465:534.

Brasil: Posição na produção mundial (2001)

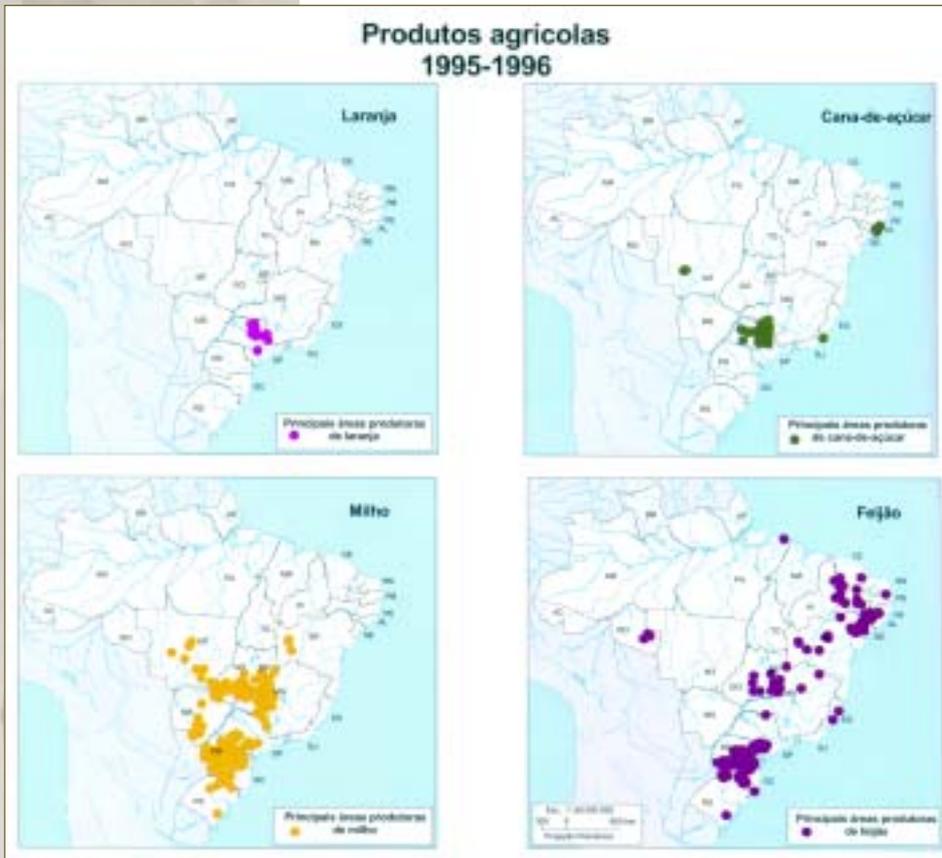
Produto	Situação na produção mundial	Participação na produção mundial (%)
Feijão	3º	5,4
Soja	2º	20,2
Açúcar	2º	11,4
Cana-de-açúcar	1º	25,4
Cacau	5º	6,6
Café	1º	25,1
Algodão	8º	3,4

Todos os anos, a mídia divulga dados sobre a pobreza e a fome no mundo e no Brasil, baseada em dados da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação). Para termos uma idéia dessa desigualdade, em 2000 aproximadamente 750 milhões de hectares de grãos foram plantados no planeta, gerando uma renda de 300 milhões de dólares. Contudo havia, no mesmo ano,



Fonte: IBGE

760 milhões de pessoas subnutridas em todo o mundo. Da mesma forma, o Brasil está entre os maiores produtores de grãos e alimentos do mundo, mas poucas pessoas têm acesso às terras e aos alimentos dela oriundos. Entender, analisar e discutir a origem, as causas e as conseqüências desses problemas socioeconômicos auxiliam na elaboração de soluções e ações sociais transformadoras e eficazes para a sociedade brasileira dentro da questão agrária.



Fonte: IBGE

Texto Complementar

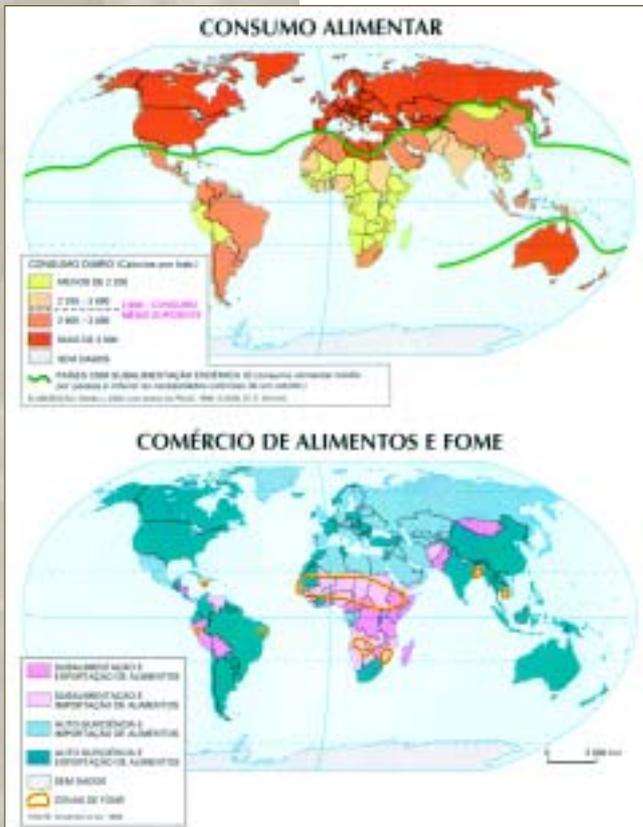
A agricultura, os tipos de solos e o uso dos recursos naturais

Atualmente discute-se como a humanidade pode organizar o seu espaço de modo a reverter o quadro de degradação ambiental do planeta, garantindo o desenvolvimento sustentável. O nível tecnológico atingido até o momento permite que a agricultura seja praticada em locais cujas características naturais são pouco favoráveis. Entretanto o solo é discutido no contexto da produção agrícola como um elemento potencializador dessa produção, tornando os produtos mais baratos e acessíveis a uma parcela maior da população.

Quanto mais adequado à produção, menores serão os investimentos despendidos no cultivo de um determinado gênero agrícola. Isso confere ao solo a capacidade de "sustentar" (ou não) determinados usos agrícolas em função de suas características físicas e químicas.

O tempo cronológico, o clima, as rochas, as formas de relevo, os animais, a vegetação a sociedade são os fatores que influenciam na formação dos solos. Os diferentes tipos de solos encontrados em toda a superfície do planeta estão ligados às variadas combinações entre esses fatores.

"Os latossolos são os solos mais decompostos por serem formados em ambientes com intensa umidade e calor, ou seja, nas zonas de clima tropical úmido, como os chapadões centrais do Brasil. Ocorrem normalmente em áreas de relevo relativamente plano, onde a erosão não é muito significativa. Em virtude do intenso intemperismo a que estão submetidos, decorrente da grande quantidade de água infiltrada no perfil, a maior parte dos latossolos é bastante empobrecida em nutrientes necessários aos vegetais; normalmente, são solos ácidos. (...) Outros, quimicamente mais pobres, são ocupados originariamente por cerrados. Entretanto, por serem quimicamente pobres, não significa que não podem ser intensamente utilizados pela agricultura. Empregando-se quantidades adequadas de corretivos e fertilizantes mi-



Simielli, 2000. *Geoatlas*. São Paulo: Ed. Ática.

nerais, podem ser obtidos ótimos resultados na produção agrícola, inclusive em usos intensivos, pois as propriedades físicas dos latossolos são boas, e frequentemente eles estão situados em condições de baixa declividade, permitindo a mecanização; por exemplo, no Centro-Oeste brasileiro. (...) Nem todos os latossolos, porém, são quimicamente empobrecidos. A famosa terra roxa é um latossolo no qual foram instaladas as grandes lavouras de café, principalmente no Paraná e em São Paulo, no final do século XIX, abrangendo hoje outras culturas, como a cana-de-açúcar, a soja e o milho, além de grandes extensões de pastos.

(...) Os argissolos ocorrem em situações de relevo com declividades mais elevadas, ao contrário dos latossolos, e também têm melhor fertilidade natural em relação a estes, justamente por apresentarem um horizonte com maior acumulação de argila, o que aumenta a capacidade de troca dos minerais do solo com as raízes das plantas e permite maior armazenamento de água. Mas são ácidos e precisam de corretivos e fertilizantes porque ocorrem em áreas com grande presença de água. São solos aptos à agricultura intensiva; entretanto, se situados em áreas de declives muito elevados, tornam-se bastante suscetíveis à erosão. Eles necessitam apenas de corretivos, fertilizantes e algumas práticas de manejo, tais como plantações em curvas de nível, para serem plenamente cultivados.

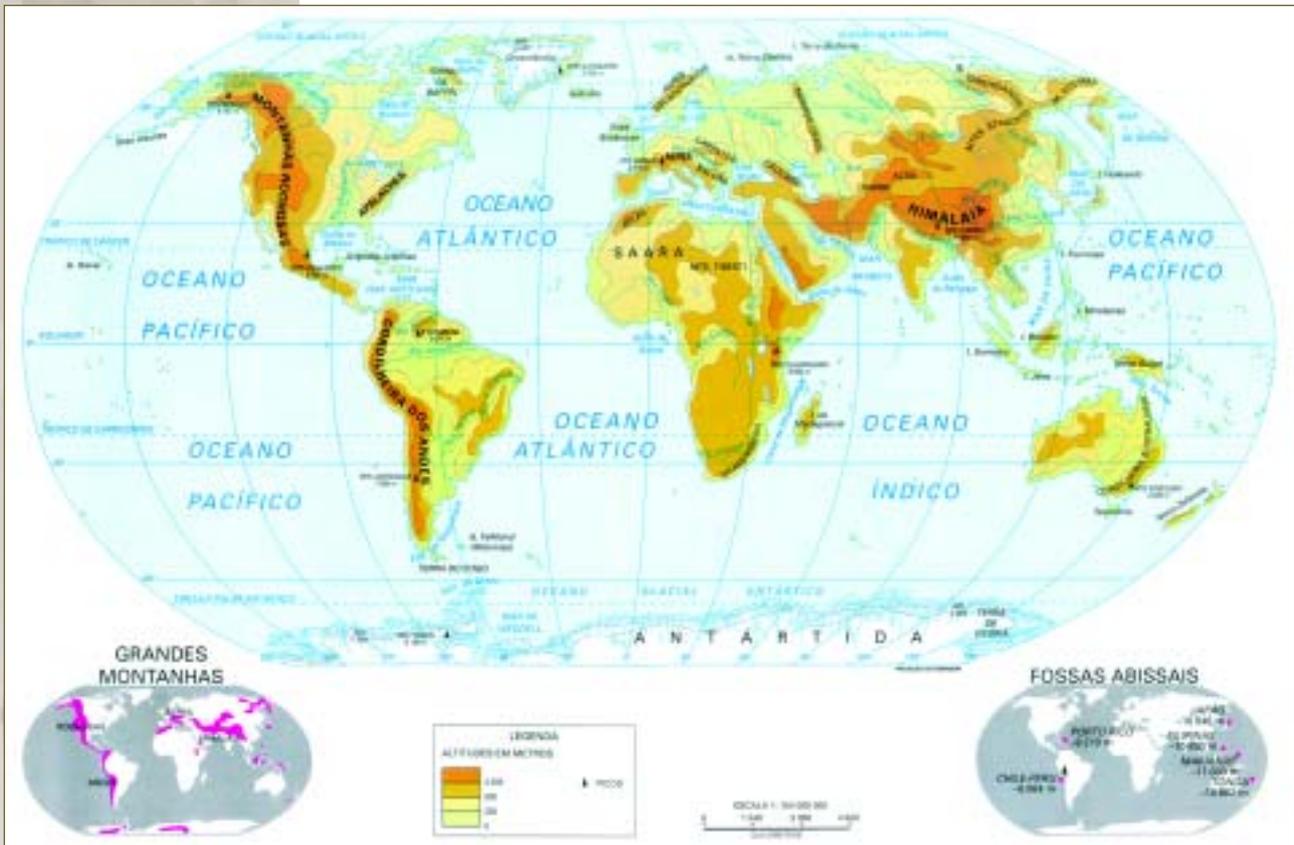
Os solos podzol/ bruno estão entre os mais férteis do mundo e, portanto, têm grande capacidade de produção de alimentos. O fator mais limitante para a produção agrícola nessas áreas é o frio inerente aos climas temperados. Entretanto, isso pode ser contornado com o cultivo de determinados produtos adaptados às condições climáticas específicas desses lugares.

Os tchernozions são encontrados principalmente em áreas de climas subúmidos, onde existe água suficiente para manter uma vegetação de gramíneas, mas não tanto para lixiviar as bases, notadamente o cálcio. A matéria orgânica, muito presente nesses solos, é originada pelo sistema radicular das gramíneas, que a cada ano adicionam quantidades relativamente grandes de matéria orgânica ao solo. A topografia e a rocha não têm papel importante na formação desse solo, podendo ocorrer nas mais variadas condições, tanto de relevo quanto de rochas. Esse solo é considerado um dos melhores do mundo para a agricultura por causa da sua fertilidade natural e da facilidade para o cultivo.”

Fonte: CASTELLAR, S.M.V.; ARMANI, G. 2002. *Construindo Sempre – Geografia*. São Paulo: Secretaria Estadual da Educação (SEE-SP).



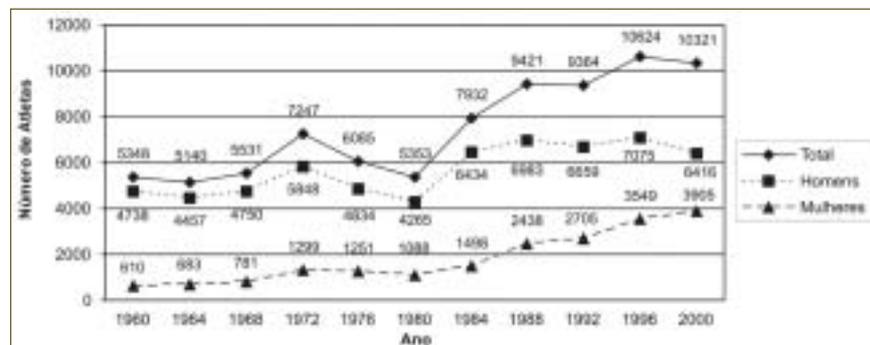
Simielli, 2000. *Geoatlas*. São Paulo: Ed. Ática.



Simielli, 2000. *Geoatlas*. São Paulo: Ed. Ática.

Atividades

1. (Enem-2004) A produção agrícola brasileira evoluiu, na última década, de forma diferenciada. No caso da cultura de grãos, por exemplo, verifica-se nos últimos anos um crescimento significativo da produção da soja e do milho, como mostra o gráfico.



Pelos dados do gráfico é possível verificar que, no período considerado,

- a produção de alimentos básicos dos brasileiros cresceu muito pouco.
- a produção de feijão foi a maior entre as diversas culturas de grãos.
- a cultura do milho teve taxa de crescimento superior à da soja.
- as culturas voltadas para o mercado mundial decresceram.
- as culturas voltadas para a produção de ração animal não se alteraram.

2. (Enem-2004) A grande produção brasileira de soja, com expressiva participação na economia do país, vem avançando nas regiões do Cerrado

brasileiro. Esse tipo de produção demanda grandes extensões de terra, o que gera preocupação, sobretudo

- a) econômica, porque desestimula a mecanização.
- b) social, pois provoca o fluxo migratório para o campo.
- c) climática, porque diminui a insolação na região.
- d) política, pois deixa de atender ao mercado externo.
- e) ambiental, porque reduz a biodiversidade regional.

3. (Unesp-2004) A produção agrícola brasileira é grande, diversificada e de distribuição geográfica bem ampla. No entanto, quando se consideram os valores recentes da produção de cada estado em relação ao valor total do país, nota-se, por exemplo, que a produção da laranja, da cana-de-açúcar, do café e do cacau, respectivamente, é mais elevada em

- a) São Paulo, São Paulo, Minas Gerais e Bahia.
- b) São Paulo, Alagoas, Minas Gerais e Pará.
- c) Alagoas, Pernambuco, São Paulo e Bahia.
- d) Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Bahia.
- e) São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais e Pará.

OS SUJEITOS SOCIAIS E O TRABALHO NO CAMPO

Segundo dados do IBGE de 2000, a população economicamente ativa (P.E.A.) do Brasil está segmentada nos seguintes ramos de produção, percentualmente:

Tabela 1 – Brasil: população economicamente ativa segundo os setores produtivos

Ramos Produtivos	P.E.A.(%)	Ramos Produtivos	P.E.A.(%)
Serviços	36,6	Indústria de construção civil	6,6
Agricultura	24,2	Administração pública	4,6
Comércio	13,4	Outras atividades industriais	1,1
Indústria de transformação	11,6		

Fonte: PNAD, 2001.

O que é a P.E.A.?

Por população economicamente ativa entende-se apenas a parcela de trabalhadores que possuem registro em carteira de trabalho ou que atuam como profissionais liberais, isto é, que fazem parte da economia formal e que participam do sistema de arrecadação de impostos.

Já a população não-ativa é constituída por jovens, aposentados, trabalhadores subempregados que complementam a sua renda pelo trabalho informal e que não participam diretamente do sistema tributário (camelôs, guardadores de carros, diaristas urbanos e rurais – conhecidos como “bóias-frias”).

Segundo a Tabela 1, percebemos que a participação das pessoas empregadas em atividades agrícolas ocupa o segundo lugar na distribuição da P.E.A. brasileira. Grande parte da população brasileira busca sua sobrevivência a partir do trabalho realizado diretamente com a terra, ao passo que aqueles que desenvolvem suas atividades econômicas no setor terciário (comércio e servi-

ços), localizam-se principalmente nos centros urbanos. Entretanto, as pessoas que “vivem da terra” precisam dela dispor para realizar atividades que vão desde a criação de animais (bovinos, caprinos, ovinos) até lavouras de gêneros variados. Precisam da terra para trabalhar e para viver.

Alguns camponeses até possuem as terras, outros arrendam-na de médios e grandes proprietários. Há aqueles que tomam posse de pequenas porções de terra com suas famílias e outros que têm a posse de grandes extensões sem nem as conhecer! E há aqueles que estão *acampados*, lutando por um pedaço de terra para, junto com sua família, trabalhar. Estes últimos, ao conquistarem suas terras, deixam de estar na condição de acampados e passam a integrar o Programa de Reforma Agrária do Governo Federal por meio do INCRA, ganhando a denominação de *assentados*. A diferenciação entre acampado e assentado é um dos aspectos que nos ajuda a entender o que vem ocorrendo no campo brasileiro nos últimos vinte anos.

Unidade 2

A questão agrária: origens e atualidade

Questão agrária ou *problema agrário* é o termo usado abordar a entrada do modo de produção capitalista no campo. Essa expressão está relacionada à forma como esse modo de produção, com sua lógica incessante de busca do lucro, ao desenvolver-se, modifica a propriedade, a posse e a possibilidade de acesso à terra. Isso deve ser pensado considerando as características locais, regionais e mundiais desse acesso, já que muitos países capitalistas, principalmente na América Latina, concentram a propriedade da terra, e a possibilidade de posse está cada vez mais difícil. A questão agrária envolve, ainda, o modo de organização e divisão do trabalho no campo, a produção e a renda das pessoas que vivem de atividades agrícolas.

Sabemos que o modo de produção capitalista originou-se em atividades industriais ocorridas em cidades inglesas no século XVIII. As transformações decorrentes no mundo do trabalho e nas atividades econômicas ao longo daquele século e do século XIX não se restringiram às cidades e acarretaram mudanças significativas no campo, alterando o modo de vida de camponeses e de grandes proprietários de terra, transformando os acontecimentos verificados no campo em “uma questão”.

Particularmente na Inglaterra, berço da sociedade industrial surgida entre os séculos XVI e XVII, o aperfeiçoamento do maquinário, das técnicas de produção e da tecnologia empregada nas atividades produtivas favoreceu o êxodo rural. A industrialização, seguida da urbanização de localidades inglesas, passou a exigir maior quantidade de mão-de-obra para preencher as vagas de trabalho nas fábricas. No campo, a terra havia sido transformada em mercadoria e os agricultores em trabalhadores assalariados, no entanto, ao mesmo tempo que os camponeses se desvinculavam da terra, muitos ficaram sem ocupação. Isso significa que os camponeses que antes desenvolviam trabalhos com a terra foram expulsos devido aos cercamentos (áreas que eram de uso dos servos no período feudal e que foram cercadas pelos senhores para a prática de monocultura, fazendo com que os camponeses fossem expulsos dos lugares de morada) e migraram para as cidades, onde se transformaram em operários das fábricas. Sobre essa questão há outros aspectos sócio-econômicos importantes, mas vamos nos deter ao processo de industrialização e às mudanças na vida no campo.

Além do exemplo inglês, podemos citar o caso da França. A complexidade imposta pelo capitalismo ao campo nesse país pode ser entendida ao lembrarmos que quase toda a propriedade da terra estava em poder da Igreja e da nobreza, cabendo aos camponeses trabalhar pagando tributos para o senhor feudal (fato que caracteriza esse modo de produção). A burguesia, por outro lado, era uma classe social em ascensão, mas não detinha poderio político (somente eco-

Organizadores

Sonia Maria
Vanzella Castellar

Elvio Rodrigues
Martins

Elaboradores

Ana Lúcia de
Araujo Guerrero

Heitor Antônio
Paladim Junior

Jerusa Vilhena de
Moraes

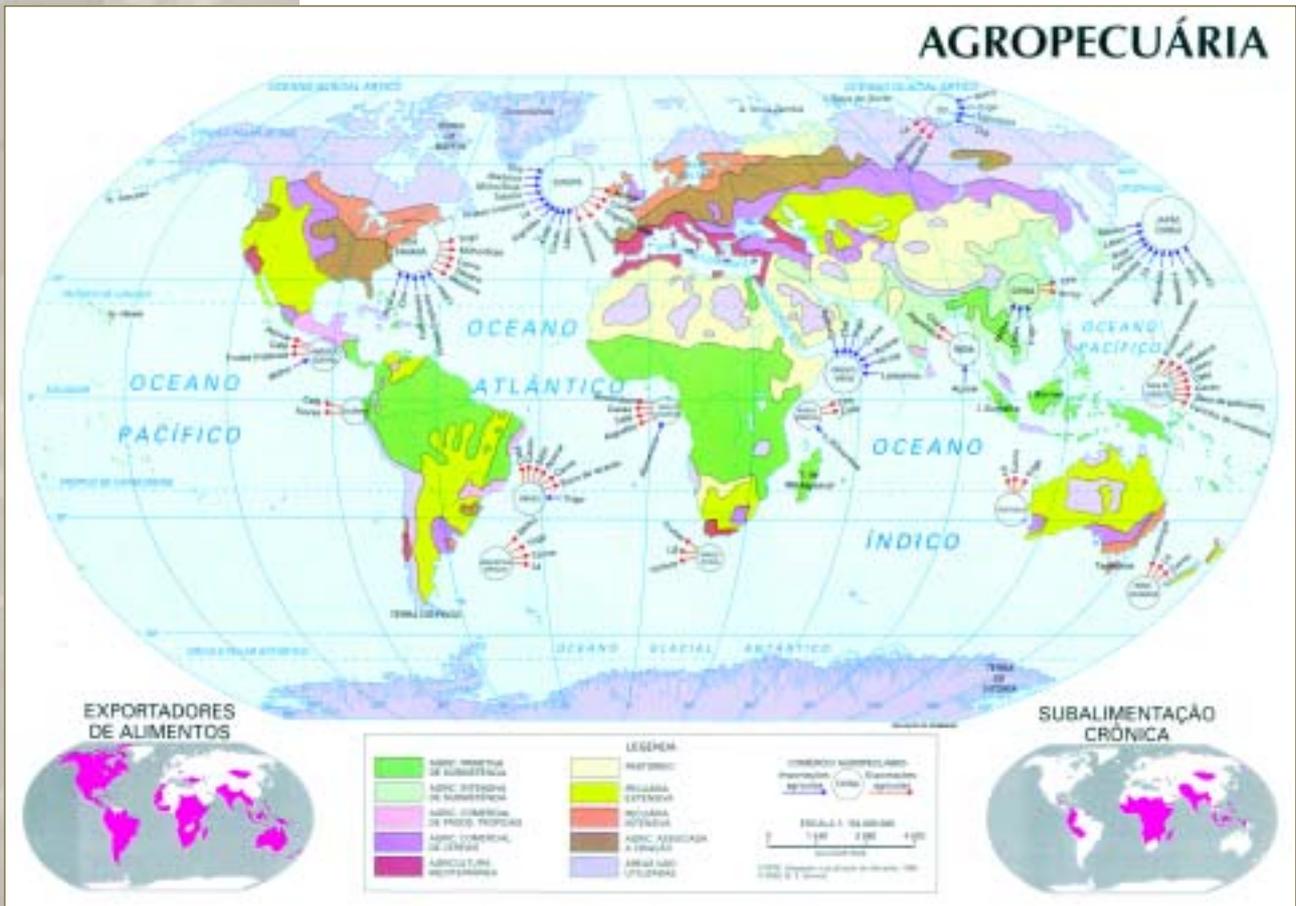
nômico) e, juntamente com os camponeses, era um segmento da sociedade francesa dos mais explorados naquela época. Impostos e tributos eram abusivos, impossibilitando burgueses e camponeses de se desenvolverem social e economicamente. Essas duas classes sociais (campesinato e burguesia) se uniram e lutaram contra a monarquia na Revolução Francesa de 1789.

Após essa Revolução, com a derrota da monarquia, a burguesia consolidou o seu poder econômico e político, passando a orientar e comandar o desenvolvimento do capitalismo naquele país. Coube aos camponeses, diferentemente do que ocorreu na Inglaterra, dividir os antigos feudos e grandes fazendas dos senhores entre eles.

Esse processo de desenvolvimento do capitalismo no campo começou a ser discutido por historiadores e outros intelectuais a partir da expressão *questão agrária*, interessando-se pela forma como os países capitalistas organizam a sua estrutura fundiária e a produção de alimentos. Para isso, basta observarmos os exemplos dos países citados anteriormente e a contradição existente na ocupação de suas áreas rurais. Na Inglaterra, a terra foi tomada pelos camponeses e cercada para que o capitalismo se desenvolvesse. A grande propriedade rural passou a ser a forma estrutural do campo inglês. Na França, a terra foi considerada livre para a ocupação de camponeses, que dividiram-na em pequenas propriedades rurais, já que tinham um pacto político com a burguesia. A estrutura fundiária francesa atual é reflexo desses acontecimentos, ou seja, as pequenas propriedades rurais são a característica fundante do campo nesse país.

As particularidades históricas de cada país e a sua relação com as diferentes formas de desenvolvimento desse “novo” modo de produção – o capitalismo – geraram diferenças na forma de organização do campo, bem como na constituição e na resolução do problema agrário. Poderíamos afirmar que há

Simielli, 2000. *Geoatlas*. São Paulo: Ed. Ática.



uma questão agrária para cada país, mesmo que o desenvolvimento do capitalismo nas áreas rurais tenha traços homogêneos de estruturação.

Outro fator que torna a questão agrária ainda mais complexa consiste na existência destes problemas na contemporaneidade. Isso significa que muitos países ainda não a resolveram. Soma-se a isso o fato de que os aspectos qualitativos desse problema mudam ao longo do tempo, como no caso brasileiro, onde a questão agrária aparece hoje como algo a ser resolvido mas apresenta diferentes características durante o processo de formação de nosso território.

Afinal, no que consiste, então, a questão agrária? Ela está ligada aos problemas decorrentes da forma como a propriedade e a posse da terra se efetivaram em cada país. E mais: se essa forma de organização fundiária constitui um obstáculo à produção de alimentos e ao desenvolvimento do capitalismo. Num segundo momento, o problema fundiário aparece como uma questão política que pode ser resolvida pelos profissionais dessa área (presidentes, governadores, deputados) ou por meio de revoltas e revoluções sociais.

O que verificamos em todos os países capitalistas desenvolvidos é que questões relacionadas à propriedade, posse e acesso à terra têm sido resolvidas por uma política relativamente mais justa de distribuição de terras a quem dela necessita. Esse processo, que é encaminhado pelos governos a partir de políticas públicas para o campo, ficou conhecido como *reforma agrária*.

Atividades

1. (Fuvest-2001) O quadro abaixo apresenta algumas características de estados brasileiros.

	Estado	Característica Natural	Atividade primária	Recurso mineral
I	Maranhão	Extensa planície litorânea	Extrativismo vegetal	Ouro
II	Bahia	Predomínio de planície aluvial	Produção de tabaco e especiarias	Bauxita
III	Rio Grande do Sul	Recifes de arenito	Produção de arroz em terrenos inundados	Manganês
IV	Rio Grande do Norte	Fraca nebulosidade	Pecuária extensiva e cana-de-açúcar	Sal

Estão corretas somente as características apresentadas em:

- a) I e II. b) I e III. c) I e IV. d) II e III. e) II e IV.

2. (Fuvest-2000) Analise o mapa ao lado.

Esse mapa destaca, em tom mais escuro, os países que

a) adotaram modernas técnicas agrícolas, formando o grupo dos que praticaram a Revolução Verde.

b) integram um consórcio que se prepara para o lançamento de satélites para o monitoramento da agricultura.

c) possuem elevada diversidade biológica, pois, juntos, detêm cerca de 70% das espécies conhecidas no planeta.

d) ocupam posições privilegiadas na classificação do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

e) assinaram e ratificaram o Tratado Abrangente de Proibição de Testes Nucleares.



Unidade 3

Questão agrária no Brasil: duas posições para explicar suas origens

Organizadores

Sonia Maria
Vanzella Castellar

Elvio Martins

Elaboradores

Ana Lúcia de
Araujo Guerrero

Heitor Antônio
Paladim Junior

Jerusa Vilhena de
Moraes

Como se constitui a questão agrária brasileira? Quais são as suas especificidades?

O problema agrário no Brasil, a grosso modo, decorre da desigual distribuição de terras no país, como pode ser verificado no mapa “Brasil: concentração de terras”, favorecendo o aparecimento daqueles que não têm acesso a ela. Impede a vida digna de milhões de pessoas (camponeses sem terra), oferecendo obstáculos ao desenvolvimento socioeconômico do país. Há duas formas de explicar esse problema: uma que entende que a questão agrária começa com a chegada dos portugueses em nosso território em 1500 e outra que defende que a

origem está ligada à institucionalização da propriedade privada da terra, ocorrida a partir de 1850 com a Lei de Terras.

Os estudiosos que defendem a primeira forma de explicação analisam o processo de colonização como indicativo de destruição das formas anteriores de organização da terra, isto é, consideram o assassinato dos indígenas e o fim da apropriação comunal das terras como elementos explicativos desse problema.

A apropriação comunal das terras no Brasil é caracterizada pela posse de terras por tribos indígenas que as habitavam comunalmente. Entretanto, isso não significa que as guerras entre as tribos inexistiam. Os índios guerreavam quando uma tribo tentava invadir o território comunal da outra, uma vez que esse tipo de apropriação ocorria internamente nas tribos. Existiram formas de apropriação semelhantes ou até mais amplas que a indígena, como os antigos kibutz israelenses e os faxinais no sul do Brasil.

Com a apropriação das terras das tribos que habitavam o atual território bra-



sileiro, vieram o etnocídio e a estruturação do campo com a exploração do trabalho escravo. Os índios que sobreviveram aos sucessivos massacres passaram a trabalhar como servos dos “brancos” ou fugiram para lugares distantes. Coube aos escravos africanos desempenhar atividades nas lavouras e nas minas, sendo impedidos igualmente do acesso à terra. A eles restou a violência dos senhores de terra e, para uma minoria, a fuga para quilombos.

A outra linha de pensamento sobre a questão agrária no Brasil remete à Lei de Terras de 1850 e ao fim do tráfico de escravos ocorrido no mesmo ano. Os estudiosos explicam os problemas do campo brasileiro a partir da consolidação da propriedade privada da terra. Até 1850 as terras brasileiras eram de propriedade da Coroa Portuguesa, por mais ocupadas que estivessem. As grandes extensões de terras cedidas aos homens de bem da Corte pela monarquia portuguesa receberam o nome de *sesmarias*, que eram cedidas à aristocracia portuguesa. De posse das terras, os aristocratas deveriam produzir alimentos e mercadorias; isso quer dizer que, para ser sesmeiro, deveria haver uma ocupação efetiva da terra produzindo mercadorias. Não havia propriedade jurídica ou título da terra pelo sesmeiro, que tinha apenas uma concessão de uso das terras. Caso as terras não fossem usadas na produção de mercadorias, o rei poderia anular a concessão.

Desse modo, as terras brasileiras não podiam ser comercializadas, pois tudo era propriedade da monarquia, que cedia extensões de terras aos aristocratas investidores. Por isso, a terra não tinha preço e não tinha a importância econômica que tem hoje. O escravo tinha maior importância econômica do que a terra porque, antes mesmo de ser usado como mão-de-obra na produção de gêneros tropicais e ouro, ele em si já era uma mercadoria. Assim como um industrial investe, hoje, o seu capital na aquisição de máquinas para a produção, os senhores de terra investiam o seu capital no comércio de escravos. Estes representavam o dinheiro e, por isso, dificilmente eram assassinados pelos senhores. Matar um escravo significava perder dinheiro, embora muitos tenham sido mortos em tentativas de fuga ou quando desobedeciam as ordens dadas. Nesses casos, a morte servia como exemplo aos demais escravos.

Com isso, entende-se que até a libertação dos negros escravos no Brasil, em 1888, estes constituíam o patrimônio dos senhores. A terra, como verificou-se anteriormente, só se constituiu um patrimônio a partir da abolição, modificando a estrutura fundiária brasileira. Esta seria a origem, então, da situação agrária que vivemos hoje. Além disso, por meio dessa explicação podemos pensar nas razões que levaram o Brasil a ser o último país a acabar com a escravidão no mundo.

O escravo não recebia salário pelo trabalho empreendido. Ele não era um consumidor de mercadorias, o que prejudicava o desenvolvimento do capitalismo na época, já que esse sistema é fundado no comércio de bens de produção e de consumo. Acabar com a escravidão foi a medida adotada para que o modo de produção capitalista se desenvolvesse no Brasil. Esse desenvolvimento ocorreu lentamente e só foi possível após o estabelecimento de um pacto entre a aristocracia e o governo. A Lei de Terras de 1850 seria a materialização desse pacto, pois transformava a terra em propriedade privada daqueles que detinham o seu título, significando que a monarquia portuguesa não era mais a única proprietária das terras. Quem comprasse terras teria a sua propriedade individual e absoluta, podendo fazer dela o que quisesse, inclusive vendê-la.

A terra reconstituiu, em termos gerais, o patrimônio perdido com a abolição dos escravos. A partir da vigoração da Lei de Terras, a terra passou a ter preço e a ser comercializada no mercado imobiliário, significando que ela se

tornou uma mercadoria (mercadoria especial, pois não envelhecia nem morria como o escravo). Passou-se, então, ao aprisionamento da terra, ou seja, do escravo cativo ao cativo da terra. Somente aqueles que tinham dinheiro podiam adquirir a terra e obter a sua posse. Senhores de escravos metamorfoseados em fazendeiros ou latifundiários foram os grandes compradores e comercializadores de terras; aos que não tinham dinheiro para comprá-las restava partir em busca de terras para trabalhar.

A Lei de Terras de 1850 representou uma estratégia para a mudança do sistema de mão-de-obra escravista para o trabalho livre. Quando os imigrantes europeus chegaram no território brasileiro para substituir o trabalho escravo, na segunda metade do século XIX, a maioria não teve o livre acesso à terra, sendo obrigada a trabalhar para os antigos senhores de escravos, ora fazendeiros de café.

Ainda hoje grande parcela da população brasileira anseia por um pedaço de terra para produzir o seu sustento. Principalmente ao longo dos últimos trinta anos, vem ocorrendo uma intensa ocupação e o aprisionamento das terras brasileiras, promovendo o aumento da concentração fundiária. No Brasil, ter a posse da terra significa, muitas vezes, possuir um patrimônio ou um investimento que gera lucro e rendimentos sem mesmo colocá-la para exercer a sua função fundamental, que é a de produzir alimentos.

Em outros termos, possuir grandes extensões de terra (latifúndio) e nela nada produzir (improdutivo) significa uma contradição e não elimina a possibilidade de obtenção de lucro pelo proprietário. A possibilidade de valorização dos preços das mercadorias se estende ao preço da terra, tornando lucrativo comprá-la para depois revendê-la. Talvez esse seja um dos principais fatos que explicam a existência de inúmeros latifúndios improdutivo no Brasil.

Outra consequência dessa concentração de terras talvez seja a redução da diversidade e da quantidade de alimentos disponíveis na mesa dos brasileiros. Além disso, o progressivo aumento dos preços dos alimentos – já que a oferta desses gêneros está sendo diminuída paulatinamente – pode estar diretamente relacionado à existência desses latifúndios. Se essas propriedades produzissem alimentos, talvez houvesse maior quantidade de alimentos disponíveis, com menor preço. O quadro retratado anteriormente, que independe da linha explicativa das origens dos problemas no campo brasileiro, é chamado de *questão agrária brasileira*.

Unidade 4

Expropriação e exploração: as duas faces do capitalismo no campo brasileiro

Para desvendarmos algumas das conseqüências da expansão e do fortalecimento do modo de produção capitalista no meio rural, basta olharmos atentamente para parte das pessoas que encontramos nas ruas das grandes e médias cidades do Brasil. Essas pessoas, em geral desempregadas ou subempregadas (camelôs), são resultados da diminuição dos postos de trabalho e do aumento do número de desempregados.

Uma das explicações para o aumento dos índices de desemprego nessas cidades é a inserção no campo de maquinários (tratores, colheitadeiras, máquinas que cortam cana) e robôs, que substituem parcialmente a mão-de-obra, diminuem custos na produção e aumentam os lucros dos seus proprietários. Contudo, as pessoas que saem do campo e que, por esse motivo, vêm morar nas cidades, não dispõem de habilitações profissionais urbanas. As conseqüências de políticas adotadas pela chamada *modernização conservadora brasileira*, que explica o processo acima mencionado, favorecem o aumento dos bolsões de pobreza nas grandes e médias cidades, carentes de todo o tipo de infra-estrutura urbana básica. Essa modernização, baseada numa ótica economicista e tecnicista do planejamento político-econômico, deverá sofrer mudanças a partir da adoção de modelos de planejamento que concebem o processo de modernização em suas múltiplas dimensões (social, política e econômica), segundo o geógrafo Bernardo Fernandes Mançano.

Estas políticas trouxeram o que se convencionou chamar de *desenvolvimento*, mas escondem as conseqüências sociais delas originadas. O progresso atingiu uma pequena parcela da população, fazendo com que a sua maioria ficasse à margem. Vemos hoje os frutos desse progresso e também o seu reverso. Podemos dizer que a modernização trouxe avanços, embora conservadores; esse conservadorismo está justamente na preservação do poder das elites. Estudando atentamente a história brasileira, perceberemos que essa estratégia das elites, num primeiro momento agrária e depois industrial, sempre foi a mesma: exclusão do povo das decisões, particularizando os ganhos e socializando os prejuízos. Muitos problemas existentes hoje têm origem nas mazelas e nos avanços oriundos do processo de modernização crescente do Brasil iniciado na década de 1950.

Na década seguinte (1960) tivemos, no campo brasileiro, um avanço na produção em alguns setores e, ao mesmo tempo, falta de apoio à maioria de seus habitantes. Esse fato serviu como “convite” para que os camponeses enxergassem a cidade como um lugar melhor para viver. O interesse em atrair

Organizadores

Sonia Maria
Vanzella Castellar

Elvio Rodrigues
Martins

Elaboradores

Ana Lúcia de
Araujo Guerrero

Heitor Antônio
Paladim Junior

Jerusa Vilhena de
Moraes

a população rural para os centros urbano-industriais consistia na idéia de que era necessário criar um exército de trabalhadores de reserva para as grandes indústrias que estavam se instalando no país. Isso contribuía para a oferta de baixos salários, pois para cada vaga ocupada haveria um contingente enorme de pessoas para ocupá-la.

Ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980, foram promovidas grandes monoculturas voltadas à exportação, houve apoio às grandes criações de gado para o abate, realização de projetos de grandes hidrelétricas. Isso gerou a expulsão de muitos pequenos proprietários familiares que, sem nenhum apoio governamental, perderam suas terras. O êxodo rural no Brasil foi intenso nesse período, mas muitos camponeses também permaneceram no campo, resistindo a esse processo como assalariados ou realizando a ocupação e a tomada de posse de pequenas áreas, embrenhando-se cada vez mais para o oeste do território brasileiro em direção à Amazônia, fazendo com que a fronteira agrícola avançasse.



Atividade

(Fuvest-2002) “Quando vim de minha terra,
se é que vim de minha terra
(não estou morto por lá?),
me sussurrou vagamente
que eu havia de quedar
lá donde me despedia.
(...) Quando vim da minha terra
não vim, perdi-me no espaço
na ilusão de ter saído.
Ai de mim, nunca saí.”

Nesse poema, Carlos Drummond de Andrade

- discute a permanente frustração do desejo de migrar do campo para a cidade.
- reflete sobre o sentimento paradoxal do migrante em face de sua identidade regional.
- expõe a tragédia familiar do migrante quando se desloca do interior para a cidade.
- aborda o problema das migrações originárias das regiões ribeirinhas para as grandes cidades.
- comenta as expectativas e esperanças do migrante em relação ao lugar de destino.

Durante o período militar, a junção dos ideários de construção de grandes obras de infra-estrutura, projetos de colonização e modernização de latifúndios foi a base do desenvolvimento brasileiro. Os empresários e industriais do Centro-Sul passaram a ser donos das grandes propriedades de terra, comprando extensões em áreas de cerrado. Um nova face de latifundiários revela-se no Brasil: não mais os antigos senhores de terra e os tradicionais coronéis detinham a posse dos latifúndios improdutivos, mas também os industriais modernos, que são a base para o surgimento do *agronegócio*.

Associada a tudo isso há, ainda, a idéia de modernização da agricultura como um fenômeno mundial relacionado à *Revolução Verde*, que tinha como um de seus objetivos a implantação de um mesmo padrão tecnológico na produção agrícola do mundo todo. Essa revolução é caracterizada por um conjunto de mudanças técnicas ocorridas na agricultura, configurando uma articulação intensa entre esta e a indústria. Os envolvidos com essas inovações passaram a produzir no campo, utilizando sementes selecionadas, adubos químicos e agrotóxicos. A *mecanização* intensa no preparo do solo, no plantio e na colheita também condizem com essa revolução, cuja intenção principal era aumentar a produtividade por área cultivada.

A mecanização da agricultura e o agronegócio

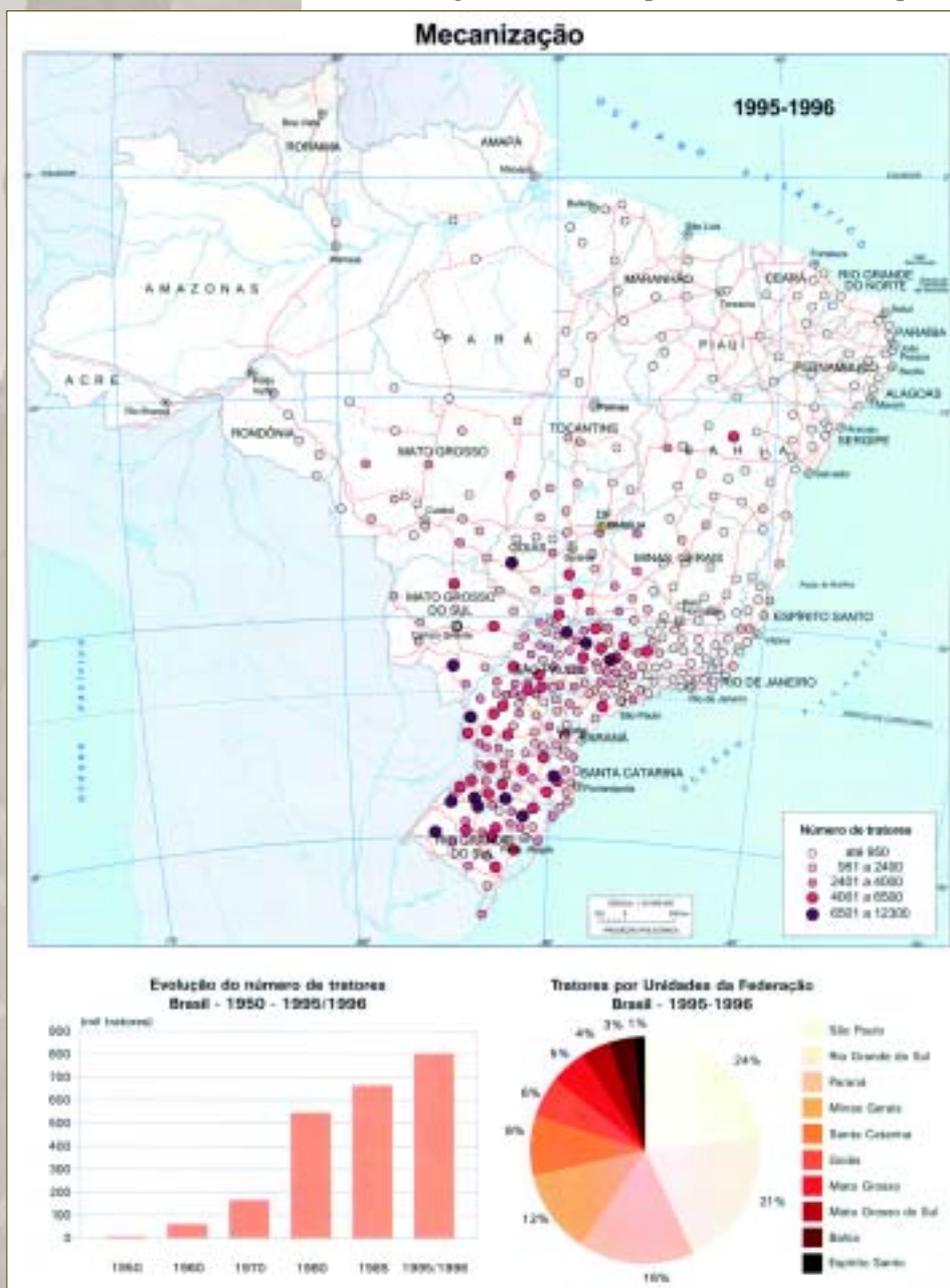
A introdução de técnicas modernas na produção agrícola através do preparo do solo, cultivo e colheita é conhecido por *mecanização da agricultura*. Devido ao uso de máquinas, insumos, fertilizantes e agrotóxicos, eleva-se os índices de produtividade e, com isso, os produtores conseguem explorar a terra por um período maior. Essas técnicas são empregadas em no sistema agrícola intensivo, que produz muito em pouco tempo.

Já o *agronegócio*, também conhecido como *agrobusiness*, foi desenvolvido inicialmente nos Estados Unidos e na Europa, em grandes e médias propriedades altamente

capitalizadas, onde o desenvolvimento tecnológico atingiu o grau máximo. A seleção de sementes, uso intenso de fertilizantes, alto índice de mecanização no preparo do solo, no plantio e na colheita, uso de silos de armazenagem, acompanhamento sistemático de todas as etapas de produção e comercialização por técnicos, engenheiros e administradores são algumas de suas características. Essas propriedades funcionam como empresas e sua produção pode ser voltada tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo. Nas áreas onde verifica-se a implantação de agroempresas constata-se uma tendência à concentração de terras já que esse sistema inibe a concorrência de pequenos e médios produtores que não conseguem acompanhar a elevação dos níveis de produtividade.

A ONU foi responsável por esse programa e por sua implantação na década de 1960, gerenciando os interesses das multinacionais envolvidas na produção agropecuária. Hoje ela faz uma autocrítica a respeito das conseqüências desse modelo agrícola devido, por um lado, aos impactos ambientais gerados e, por outro, à substituição dos trabalhadores por máquinas, gerando desemprego e êxodo rural. Os danos à natureza passam por poluição do solo, das águas subterrâneas e dos rios, atingindo animais e seres humanos no que se refere à mudança de hábitos alimentares, afetando sua saúde.

Fonte: IBGE



Atividades

1. (Fuvest-2001) A propósito da agricultura brasileira, pode-se afirmar que

a) a escravidão por dívida consiste numa situação de servidão do trabalhador, característica da parceria.

b) o Estatuto do Trabalhador Rural dos anos sessenta substituiu a antiga Legislação dos Trabalhadores Rurais.

c) a empresa agropecuária capitalista caracteriza-se pela presença do trabalhador agregado.

d) a denominação “bóia-fria” é dada ao trabalhador temporário que vive nos latifúndios.

e) a unidade familiar de subsistência tanto pode contratar força de trabalho quanto vender trabalho familiar.

2. (Fuvest-2002) No Brasil, a atuação de empresas transnacionais no setor agroindustrial apresenta

I. investimentos no plantio e na aquisição de terras.

II. participação na produção vinícola que integra a base alimentar da população brasileira.

III. investimentos no beneficiamento de produtos agrícolas.

IV. associação e fusão com empresas de capital nacional do setor.

Está correto o que se afirma em

a) apenas I.

b) I e II.

c) I, III e IV.

d) II, III e IV.

e) apenas IV.

3. (Fuvest-2003) Sabendo-se que a integração entre setores da economia caracteriza os complexos agroindustriais e que a produção brasileira de milho recuou 13,28% na safra 2001/02, assinale a alternativa correta.

a) A avicultura foi pouco afetada pelas flutuações do preço do milho, por ser essa um tipo de agroindústria com grande participação de capital estrangeiro.

b) A queda na produção do milho elevou seu preço, com impacto na avicultura, que o utiliza como componente de ração.

c) As flutuações dos preços do milho repercutiram diretamente na economia dos estados nordestinos, onde se concentra a maior produção avícola do país.

d) A alta do preço do milho não interferiu nos lucros da avicultura porque sua produção se destina ao mercado externo para equilibrar a balança comercial.

e) A diminuição da produção de milho não levou o país a importar tal produto para abastecer a cadeia produtiva avícola, em razão das exigências do FMI.

OS SUJEITOS DO CAMPO BRASILEIRO

Podemos estipular os grupos de sujeitos sociais do campo brasileiro a partir da forma de apropriação da terra, ou seja, capitalista/empresarial e camponesa/familiar.

Como vimos, a apropriação capitalista do campo brasileiro está diretamente ligada à obtenção de grandes e médias extensões de terras, havendo

também os pequenos proprietários capitalistas, que são menos expressivos na estruturação rural de nosso território.

O que define a propriedade capitalista da terra é a exigência da separação dos trabalhadores em relação aos meios de produção, ou seja, os trabalhadores não têm relação de propriedade com as terras que cultivam. Como o trabalhador não possui terra, capital e instrumentos para a produção, resta-lhe vender a força de seu trabalho em troca de um salário.

A definição das propriedades em pequenas, médias e grandes varia conforme as regiões ou os estados da federação. O *módulo rural* é definido em função do cruzamento de dados relativos à dimensão da área, situação geográfica dos imóveis rurais e condições de aproveitamento econômico. Dessa forma, a apropriação das terras pode não ter relação direta com a produção. Pode haver, assim, a apropriação de grandes quantidades de terra sem que haja produção. Essas terras improdutivas são comercializadas no mercado de especulação imobiliária, podendo ser vendidas por um preço muito superior àquele gasto pelo proprietário no ato da compra, proporcionando-lhe lucro.

Unidades de medida da propriedade agrária

Hectare: corresponde a 10.000m² (aproximadamente um campo de futebol). É usado como a unidade de medida convencional na região Sul do Brasil e nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

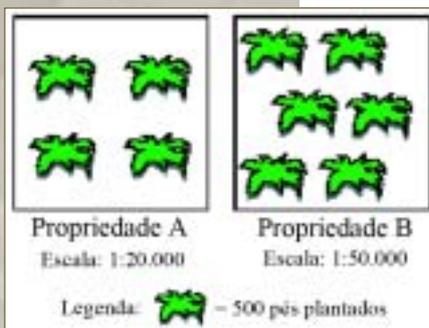
Alqueire: equivale a 24.200m², e é muito usado como referência de medida pelos grandes proprietários de terras, principalmente no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul.

Alqueirão: corresponde ao dobro do alqueire (48.4000m²) e é frequentemente utilizado como convenção em Goiás e nos estados da região Norte.

Atividade

(UFSCar-2004) O esquema ao lado representa a área total de duas propriedades rurais, A e B, nas quais se pratica o cultivo do mesmo tipo de produto.

Baseado nesse esquema, pode-se afirmar que



- as duas propriedades têm, na realidade, a mesma dimensão em m².
- o cálculo da escala de A foi feito em m² e da escala de B em hectare.
- a propriedade B tem menor número de pés plantados por hectare.
- as duas propriedades têm o mesmo número de pés plantados.
- as duas propriedades têm o mesmo número de pés plantados por hectare.

Os segmentos da sociedade rural que se apropriam da terra de forma capitalista dividem-se em cinco grupos:

- grandes proprietários capitalistas*: dividem-se em duas categorias, uma chamada de *oligarquia regional*, representada por famílias tradicionais de certas regiões brasileiras que possuem vastas áreas e grandes poderes econômico e político (também conhecido por coronelismo). A outra categoria é representada por *investidores capitalistas*, que podem estar organizados individualmente ou em grupos econômicos, nacionais ou estrangeiros, de origem comercial, industrial ou financeira. O mais importante é termos consciência de que os representantes destas categorias podem explorar a terra de diver-

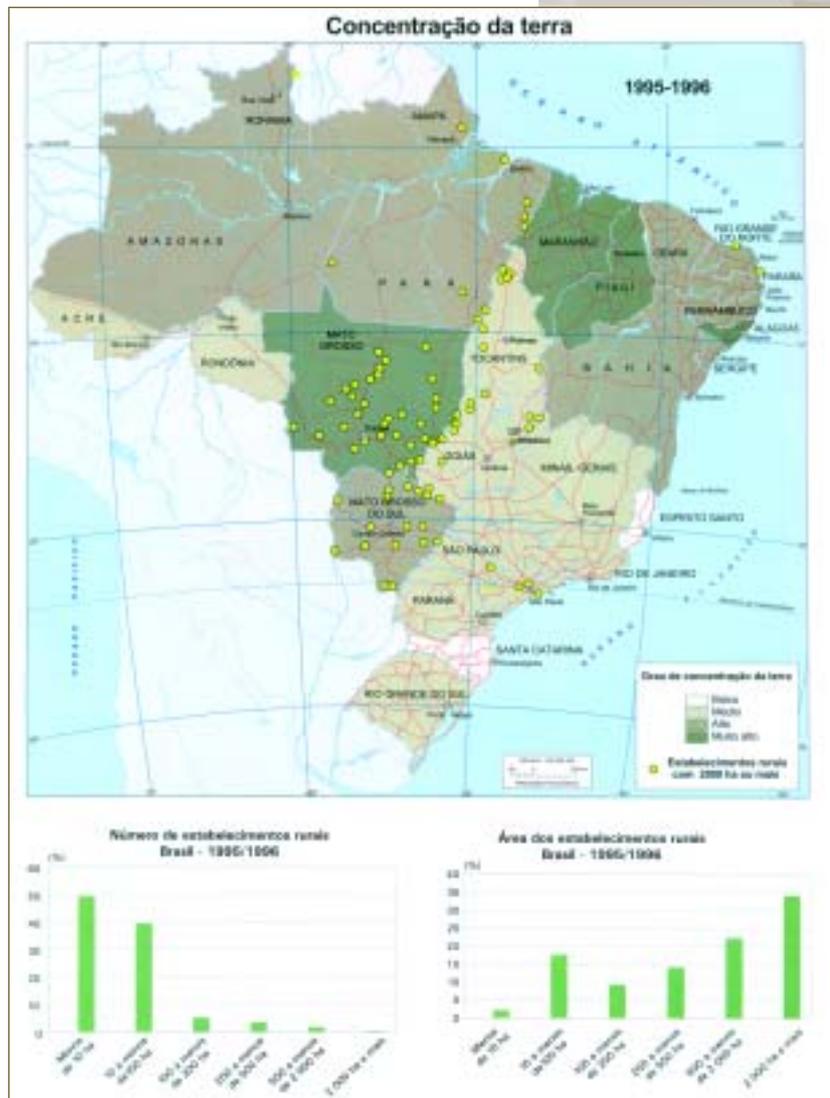
sas formas, como os latifúndios improdutivos que estão à espera de especulação imobiliária; empresas modernas e agroindustriais, onde utiliza-se alta tecnologia, resultando em elevada produtividade; e as grandes fazendas que exploram a terra com o uso moderado de tecnologia e exploração do trabalho assalariado, muitas vezes burlando as leis trabalhistas;

· *arrendatários capitalistas*: são aqueles que alugam extensões de terras de outros proprietários para investir na agropecuária. São encontrados freqüentemente nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onde aluga-se pastos para a pecuária. Nesse caso, não há como o arrendatário capitalista formar um latifúndio improdutivo, já que a sua função é produzir para, antes de tudo, pagar o aluguel da área onde investiu o seu capital;

· *médio proprietário capitalista*: são aqueles que possuem entre 100 e 1.000 hectares de terra e que podem explorar as suas terras da forma mais moderna possível ou, em contraposição, podem não explorá-las à espera de valorização no mercado de terras;

· *grileiros de terra*: consistem em pessoas que usam métodos ilegais para se apropriarem de médias e, sobretudo, grandes extensões de terras, tornando-se proprietários “legais” por meio do uso de documentos falsos. Geralmente essas terras são negociadas, divididas e vendidas para outras pessoas. Os grileiros podem ser representados na figura das oligarquias regionais e dos investidores capitalistas;

· *pequenos proprietários*: são pessoas que exploram uma área que varia de 2 a 100 hectares de forma extremamente racional, tanto do ponto de vista do uso de tecnologias quanto da mão-de-obra assalariada. Produzem, principalmente, frutas, gêneros restritos ao consumo das classes com alto poder aquisitivo, ou processando a sua produção em pequenas agroindústrias. Podem, ainda, explorar a sua terra com atividades não agrícolas, como hotéis-fazenda, pousadas e pesqueiros.



Fonte: IBGE

Tabela 2 – Maiores propriedades rurais de terra no Brasil (1992)

Tamanho das Propriedades (hectares)	Número de Propriedades	Área Total Ocupada (milhões de hectares)	Localização por Regiões
acima de 1 mil	28770	138	90% - N, NE, CO
acima de 5 mil	4236	85	92,9% - N, NE, CO
acima de 10 mil	1547	65	94,8% - N, NE, CO

Fonte: Incra; Stédile, J.P.

Os camponeses que praticam a agricultura familiar têm uma organização econômica, política e cultural própria. A propriedade da terra é organizada de forma familiar, ou seja, o proprietário ou o sujeito que aluga uma pequena parcela de terra tem a intenção de colocá-la para produzir com o seu próprio trabalho e de sua família. Por isso, o trabalho coletivo da família representa uma forma de apropriação das terras diferente daquela efetuada pelos investidores capitalistas e pelas oligarquias regionais. A mão-de-obra posta para trabalhar é da família residente no local e, dadas algumas exceções, essas famílias não exploram o trabalho de outros, isto é, não se utilizam do trabalhador assalariado. Geram o que se chama de *atividade de subsistência*, cujo limite é a sobrevivência da família, possibilitando uma relativa independência frente ao mercado. Produzem alguns alimentos necessários à sua sobrevivência e comercializam o excedente com a intenção de gerar rendimentos para adquirir outros produtos de que necessitam.

Outro elemento fundamental para caracterizarmos esses sujeitos está na estrutura interna de sua organização sociocultural. Em geral, esses camponeses residem próximos de outros, formando uma comunidade rural ou um bairro rural. Essas comunidades caracterizam-se pela relação íntima com a terra, o pleno conhecimento dos ciclos da natureza e das técnicas de produção, e o reconhecimento dessa terra como o lugar de morada, de produção de alimentos, de reprodução social e de herança familiar.

A prática da ajuda mútua em momentos específicos, como nas colheitas ou na construção de casas, em que a comunidade se reúne, é outro traço desse grupo. O trabalho acessório aparece principalmente no período entre safras e em momentos nos quais as condições financeiras das famílias passam por crises, impondo a necessidade de que integrantes dessas famílias deixem os sítios para trabalhar em outro lugar como forma de manter o sustento de suas famílias.

Relações de parentesco, compadrio e vizinhança travadas nas comunidades materializam-se em relações de amizade, geradas na vizinhança, e de compadrio. As relações sociais e econômicas baseiam-se na confiança da palavra e na prática do respeito mútuo entre as pessoas da comunidade; as manifestações culturais, geralmente com um forte conteúdo religioso (como as festas juninas), e a extrema capacidade de mobilização política, são também aspectos marcantes desse grupo.

Tabela 3 – Classificação dos estabelecimentos agropecuários segundo a divisão capitalista/ empresarial e camponês/ familiar no Brasil (1992)

Categoria	Número de Estabelecimentos	Área Total (milhões hectares)	% sobre o total das terras
capitalista/ empresarial	500 mil	300	75
camponês/ familiar	6,5 milhões	100	25
Total	7 milhões	400	100

Fonte: Projeto FAO/INCRA/036, baseado em dados do IBGE - 1992
Organizado por Marco Antonio Mitidiero Jr.

Atividade

(UFSCar-2004) Em 1994, a FAO e o INCRA diferenciaram os dois principais modelos de produção agropecuária do Brasil: patronal e familiar. Assinale a alternativa em que aparecem as características que melhor representam o modelo familiar.

a) Trabalho e gestão intimamente relacionados / trabalho assalariado predominante / agricultura de capital intensivo.

b) Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis / tendência à especialização produtiva / a propriedade é o local de residência.

c) Separação entre gestão e trabalho / lucro é o fator determinante de todas as ações / ênfase na diversificação produtiva.

d) Agricultura de capital intensivo / trabalho assalariado predominante / prevalência de práticas agrícolas padronizáveis.

e) Trabalho e gestão intimamente relacionados / ênfase na diversificação produtiva / trabalho assalariado complementar.

Há outros sujeitos sociais do campo espalhados pelo território brasileiro que recebem diferentes denominações e estão inseridos em diferentes situações:

- *pequeno proprietário familiar*: aquele que possui o título de propriedade da terra onde habita e trabalha com a sua família na produção;

- *parceiro*: aquele que, sem possuir terra para plantar, apropria-se de pequenas parcelas de terras com o consentimento do proprietário, cabendo a ele pagar pela concessão da terra ao seu dono. Os parceiros também podem receber as denominações de *meeiros* (que dividem ao meio toda a sua produção agropecuária com o dono da propriedade como forma de pagamento da terra utilizada), *porcenteiros* (aqueles que dividem em porcentagens pré-estipuladas toda a produção ou todos os rendimentos provindos da terra cedida pelo proprietário) e *rendeiros* ou *pequenos arrendatários* (que alugam pequenas áreas de sua propriedade, cabendo aos locatários pagar em dinheiro o preço combinado com o proprietário da terra após os primeiros rendimentos com a produção);

- *posseiros*: consistem em pequenos produtores camponeses sem terra que, com sua família, apropriam-se de pequenas parcelas de terra sem obterem o título de propriedade ou sem a concessão de uso da área pelo proprietário. Chama-se de *abertura de posse* a situação em que o posseiro e sua família ocupam áreas improdutivas de propriedade privada ou do Estado para produzir alimentos para sua subsistência. São encontrados em grande quantidade na região Norte e nas zonas de fronteiras agrícolas brasileiras;

- *assentados dos projetos de reforma agrária*: constituem uma peculiaridade atual do campo brasileiro, pois apropriam-se de pequenas áreas com sua família após um processo de luta pela terra, obrigando o Estado a desapropriar ou ceder áreas próprias para assentamento. Os assentados não possuem o título de propriedade privada da terra onde foram assentados, mas possuem um termo de concessão de uso expedido pelo governo federal. O título definitivo de posse pode ser recebido após o pagamento do lote de reforma agrária, e isso pode demorar até 23 anos;

- *quilombolas*: famílias negras residentes em áreas de antigos quilombos do período escravista. Organizam a sua produção de forma análoga à produção camponesa, ou seja, cada família possui uma parcela de terra própria, mas todas vivem em comunidade.

Existem outras denominações para os sujeitos sociais que vivem na área rural. Elas variam por regiões, estados e por uma diversidade de situações que os diferenciam, o que torna difícil a sua explicitação na íntegra. Entretanto, podem ser encaixados nos segmentos anteriormente citados.

Atividade

(Fuvest-2000) As alternativas seguintes descrevem características de personagens da estrutura agrária brasileira. Assinale a correta.

a) Posseiro: pessoa que se apropria ilegalmente de terras e apresenta título falsificado de propriedade.

b) Gato: trabalhador organizado em busca de acesso a terra.

c) Latifundiário: proprietário de grandes extensões de terras.

d) Sem terra: trabalhador rural que tem posse da terra, mas não o documento de propriedade da terra.

e) Grileiro: pessoa que contrata trabalhadores braçais como mão-de-obra para as fazendas ou projetos agropecuários.

Unidade 5

A reforma agrária

Organizadores

Sonia Maria
Vanzella Castellar

Elvio Rodrigues
Martins

Elaboradores

Ana Lúcia de
Araujo Guerrero

Heitor Antônio
Paladim Junior

Jerusa Vilhena de
Moraes

Denominamos de *reforma agrária* o processo de revisão e modificação da estrutura agrária de um país. O seu objetivo principal é promover e efetivar uma divisão mais equitativa da terra, propiciando às famílias camponesas a possibilidade de acesso à terra e à uma vida digna.

Este processo está inserido em uma política pública cujo fator social é considerado fundamental na tomada de decisões por parte dos governantes, e vem acompanhado de outras medidas que visam prover as famílias de condições adequadas não só para a produção das mercadorias (como linhas de crédito e financiamento que garantiriam a infra-estrutura para a produção e o escoamento das mercadorias para os centros distribuidores e consumidores), mas de uma educação adequada e específica às realidades do campo, além de programas de saúde e lazer. O principal objetivo da reforma agrária seria, em última instância, o de promover a segurança alimentar da população de um país.

Em todo o planeta, diversos países já realizaram essa experiência. Como exemplos, temos a distribuição de terras em Samos, durante a Guerra do Peloponeso, cujos relatos gregos datam de 400 anos a.C.; os movimentos ocorridos durante a Revolução Francesa, em 1798; e a Revolução Russa de 1917, marcando uma mudança radical na estrutura agrária anterior do país.

Além destes exemplos, na América Latina e na Ásia, países como a Bolívia (1953), o México (1920), Cuba (1959) e China (1949) também realizaram reformas na distribuição de terras e na sua estrutura agrária.

Nos Estados Unidos, a estrutura agrária foi modificada, assim como em outros países, por iniciativa das elites governamentais que fizeram acordos com os camponeses sem que fossem realizados processos bruscos de mudança nessa estrutura.

Atualmente, Estados Unidos e Japão são duas importantes potências econômica do mundo e tiveram a sua questão agrária resolvida no século XIX (quando a brasileira estava sendo “criada”). Na verdade, a resolução dos problemas no campo destes dois países foi o que possibilitou seu desenvolvimento econômico-capitalista. Nos EUA, após a abolição dos escravos em 1863, cada escravo e cada camponês sem terra recebeu gratuitamente do governo 160 acres, equivalentes a 64 hectares de terra no Brasil, uma mula e uma quantia em dinheiro para produzir alimentos. Isso foi possibilitado por uma Lei editada em 1862, chamada *Homestead Act*.

No Japão, com o início da *era Meiji*, também em 1862, a desapropriação de terras dos grandes proprietários rurais (conhecidos como samurais) pelo governo, promoveu a distribuição de pequenas parcelas para os camponeses ou o investimento no desenvolvimento tecnológico das propriedades feudais, transformando-as em empresas capitalistas. Observa-se, portanto, nos dois países, o início de uma modernização socioeconômica a partir da reestruturação da propriedade da terra.

A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL ESTÁ SENDO REALIZADA?

A reforma agrária no Brasil: territorialização e espacialização da luta pela terra

Para entendermos o que é *reforma agrária*, é importante compreendermos como está dividida a terra em lotes. A quantidade de terras é a base para definir-se a apropriação capitalista da terra. São reconhecidas como grandes propriedades rurais aquelas que possuem mais de 1.000 hectares de terras. As médias propriedades possuem entre 100 e 1.000 hectares; e as pequenas entre 2 e 100 hectares. Geralmente, a apropriação de áreas pelos investidores capitalistas constitui grandes e médias fazendas. Entretanto, isso não significa que inexistam pequenas propriedades com trabalho assalariado, produção tecnicizada e voltada à comercialização no mercado, seguindo os moldes da grande propriedade. A agricultura capitalista pode ser definida, então, pelo trabalho assalariado e pelo tipo de produção, que é voltada unicamente para a comercialização no mercado, seja ele interno ou externo.

A propriedade rural no Brasil apresenta-se extremamente concentrada. Trata-se de uma concentração efetiva e real. Segundo dados recentes do IBGE relativos às décadas de 1980 e 1990, a concentração fundiária aparece nas estatísticas como um fenômeno em crescimento no país. Para se ter uma idéia disso, estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, que ocupavam 39,5% da área agrícola em 1970, passaram a ocupar 45% em 1996.

O alto grau de concentração da propriedade agrária é patente em nosso país, embora os dados dos recenseamentos realizados não reflitam diretamente essa desigualdade na estruturação e distribuição de terras. O senso está baseado no número de estabelecimentos e não no número de proprietários, ou seja, não considera que um mesmo proprietário possa ter mais de um estabelecimento rural. Essa opção na obtenção dos dados gera distorções na compreensão da realidade do campo e na questão agrária brasileira.

Dados da FAO e do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) revelam que, quanto à estrutura fundiária, o Brasil é o 2º país com maior concentração de terras no mundo. Tem-se 2 mil latifúndios ocupando 56 milhões de hectares, ou seja, o maior latifúndio do planeta! No Brasil, chega-se a ter 43% das terras nas mãos de 27.556 latifundiários. Ao mesmo tempo, o país tem 4,6 milhões de família sem terra. Isso significa que apenas 10% das terras brasileiras são cultivadas (cerca de 40 milhões de hectares cultivados) e que a concentração fundiária aumentou entre 1995 e 2002.

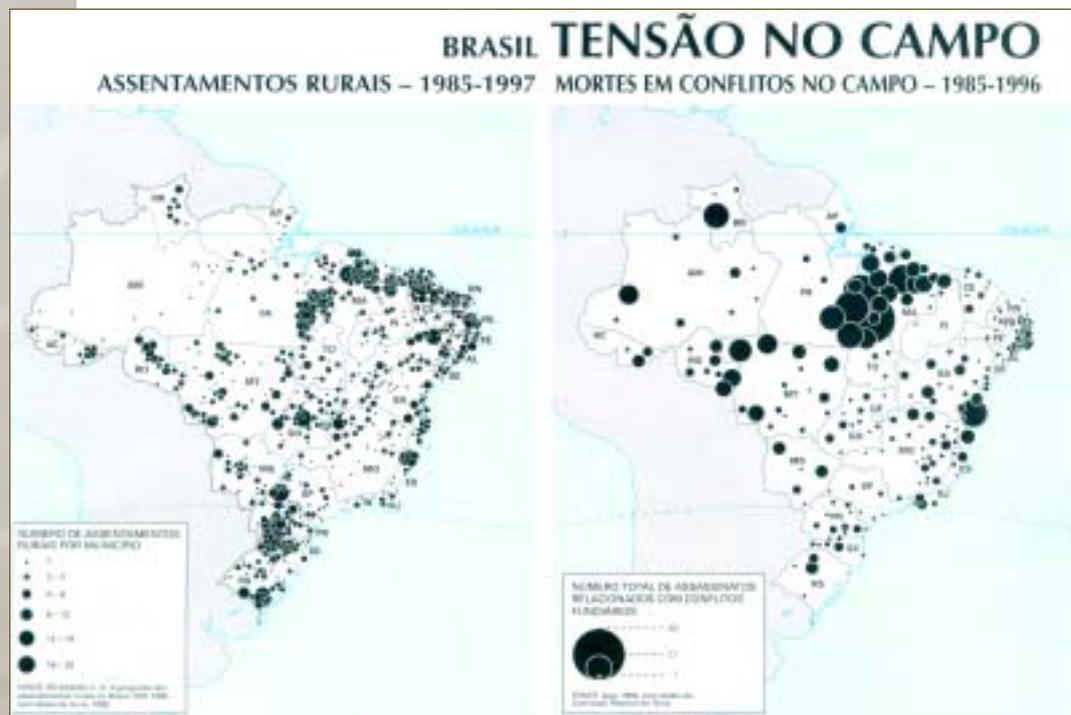
Tabela 4 – Estrutura fundiária por número de estabelecimentos no Brasil (1940 a 1995-1996)

Estratos de Área (ha)	Menos de 10	10 a menos de 100	Menos de 100	100 a menos de 1000	1000 a mais	Total
1940	654.557	975.43	1.629.995	243.818	27.812	1.901.625
1950	710.934	1.052.557	1.763.491	268.159	32.628	2.064.278
1960	1.495.020	1.491.415	2.986.435	314.746	32.480	3.333.661
1970	2.519.630	1.934.392	4.454.022	414.746	36.874	4.905.642
1975	2.601.860	1.898.949	4.500.809	446.170	41.468	4.988.447
1980	2.598.019	2.016.774	4.614.793	488.521	47.841	5.151.155
1985	3.085.841	2.166.424	5.252.265	518.618	50.105	5.820.988
1995 - 1996	2.402.374	1.916.487	4.318.861	469.964	47.358	4.836.183

Fonte: Dados do IBGE organizados por Oliveira, A. U.

As terras ociosas, que caracterizam grandes áreas de propriedade particular também conhecidas como latifúndios improdutivos, são constantemente verificadas no campo brasileiro. Nessas terras, não há cultivo ou criação de qualquer espécie de produto alimentar (por opção do proprietário da terra). Por outro lado, há terras que estão ociosas devido à incapacidade de fertilidade do solo ou porque estão em áreas de proteção ambiental. Nesses casos, elas não são denominadas de ociosas ou improdutivas.

Devido às questões acima apresentadas, atualmente temos mais de quarenta movimentos socioterritoriais que questionam a estrutura fundiária brasileira. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), o maior deles, está organizado em 22 estados (exceto no Acre, Amapá, Amazonas e Roraima). Possui uma base social de 1,5 milhão de pessoas, com 350 mil famílias assentadas e 100 mil acampadas. Além disso, o movimento possui 1.500 escolas públicas nos assentamentos e, somente no setor educacional, há 180 mil pessoas envolvidas.



Se recorrermos à história do Brasil, verificaremos que a luta pela terra ocorre há muito tempo. Mas podemos afirmar que houveram guerras camponesas em território brasileiro?

As lutas messiânicas de Canudos, lideradas por Antônio Conselheiro no sertão da Bahia, promoveram a criação de um vilarejo que, em cinco anos, chegou a ter 10 mil habitantes. Esse vilarejo estava localizado em Belo Monte. Na Guerra do Contestado, ocasionada pela instalação da ferrovia SP-RS por uma empresa norte-americana, 20 mil pessoas, lideradas pelo Monge José Maria, se rebelaram.

Quanto à reforma agrária no Brasil, pode-se apontar três formas de entendimento sobre a questão. A primeira entende que a reforma agrária é uma política social compensatória, visto que a modernização resolveu os problemas agrícolas no Brasil, restando o caráter conservador para ser resolvido, ou seja, a concentração fundiária e da renda, o subemprego e o êxodo.

A segunda visão compreende a reforma agrária como uma política distributiva, defendendo a agricultura familiar. Para essa visão, a reforma agrária consiste numa retomada do crescimento econômico e na garantia da segurança alimentar, criticando o modelo fundiário baseado nas grandes unidades patronais. Trata-se de uma política governamental. Essa visão pretende democratizar o capitalismo brasileiro, visando criar uma sociedade articulada.

A última visão sobre a reforma agrária a entende como uma política voltada para a transformação do modelo de desenvolvimento vigente. Esse grupo questiona a modernização e acusa o modelo proposto de ser ecologicamente insustentável, socialmente perversa e economicamente cara. Muitos dos que defendem essa visão explicam que um novo modelo social é a construção de uma sociedade socialista.

Atividade

(Unesp-2004) Sobre a violência no campo e a estrutura fundiária no Brasil, é correto afirmar que

- a) é grande o número de grandes proprietários e que os conflitos pela posse da terra são poucos.
- b) é pequeno o número de grandes proprietários, assim como o de conflitos pela posse da terra.
- c) é grande o número de pequenos proprietários, assim como o de conflitos pela posse da terra.
- d) é pequeno o número de pequenos proprietários e que os conflitos pela posse da terra são muitos.
- e) é equilibrado o número de grandes e pequenos proprietários, assim como o das áreas com e sem conflitos pela posse da terra.

Questões dissertativas

1. (Fuvest-2000) Relacione a modernização da agricultura brasileira:
 - a. à infra-estrutura de transportes no Brasil.
 - b. à degradação do solo agrícola e à poluição dos recursos hídricos.

2. (Fuvest-2002)



Fonte: Adap. Estado de S.Paulo, 29/10/01 e 25/11/01.

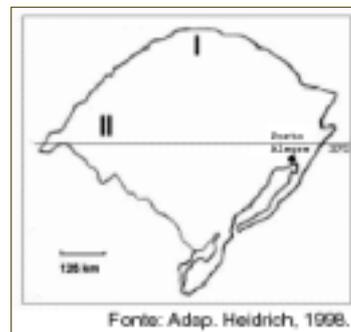
- 1- “Uma região desbravada pela tecnologia moderna”.
- 2- “Cresce o PIB no Centro-Oeste”.
- 3- “Centro-Oeste já colhe 40% dos grãos da safra nacional”.

Analise o mapa e considere as informações apresentadas.

a) Discorra sobre as condições naturais dessa região e justifique sua transformação com base na primeira frase: “Uma região desbravada pela tecnologia moderna”.

b) Justifique as mudanças que fizeram com que a terra deixasse de representar apenas uma modalidade de investimento e passasse a ser um fator de produção.

3. (Fuvest-2002)



Explique o povoamento e o modelo agrícola das regiões I e II do Rio Grande do Sul.

4. (Fuvest-2003)

Justifique a seguinte afirmação:

“A questão fundiária no Brasil encontra suas origens no passado e não na falta de terras”.

5. (Fuvest-2004)

“Evidentemente que hoje a reforma agrária que sonhamos não é mais a reforma agrária clássica capitalista (...). Hoje, o desenvolvimento das forças

produtivas na agricultura e na sociedade e o modelo agrícola que foi adotado exigem o que chamamos de *reforma agrária de novo tipo* (...) em que não é mais suficiente apenas dividir a terra, lotear em parcelas e botar o pobre em cima e que se vire. Cinquenta anos atrás, ele se viraria, mas hoje não consegue mais”. (João Pedro Stedile, um dos coordenadores nacionais do MST. Entrevista à revista *Caros Amigos*, n. 18, p. 05, Set 2003.)

Caracterize essa “*reforma agrária de novo tipo*” a que o texto se refere.

6. (Unicamp-2004)

“Os processos dominantes de contra-reforma agrária no continente latino-americano foram responsáveis por uma dinâmica progressiva de concentração da riqueza e, especificamente, da terra. Processos de desagregação social provenientes da excessiva acumulação de miséria resultaram na exclusão de contingentes consideráveis, tornando ‘exilados internos’ cidadãos sem oportunidades de integração produtiva no mercado de trabalho formal. Grande parte deles são provenientes de uma expulsão estrutural do campo, cada vez mais fechado ao acesso à terra ou a políticas de reprodução da agricultura, sobretudo alimentar, o que circularmente atinge o abastecimento do mercado interno nacional de consumo basicamente popular.” (Adaptado de Ana Maria Motta Ribeiro, *Sociologia do narcotráfico na América Latina e a questão camponesa*, em Ana Maria Motta Ribeiro e Jorge Atílio Silva Iulianelli (orgs.), *Narcotráfico e Violência no Campo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 23).

a) Explique como a intensificação da concentração de terras se colocou como obstáculo à agricultura camponesa na América Latina.

b) Dificuldades de manutenção das famílias camponesas no campo têm reforçado o estabelecimento da prática de cultivo de plantas narcóticas como um agronegócio (narcoagronegócio). Por que o narcoagronegócio tornou-se uma atividade alternativa para os camponeses da América Latina?

c) Cite dois países da América do Sul onde o cultivo da coca (*Erythroxylum coca*) é tradicional entre os camponeses.

7. (Unicamp-2003)

“A lógica do desenvolvimento capitalista na agricultura se faz no interior do processo de internacionalização da economia brasileira. Esse processo se dá no âmago do capitalismo mundial e está relacionado, portanto, com o mecanismo da dívida externa.” (Adaptado de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, “Agricultura Brasileira: Transformações Recentes” in: Jurandyr L. S. Ross (org.), *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995, p. 468-469.)

a) Quais foram os efeitos da pressão exercida pela dívida externa na produção agrícola brasileira?

b) A soja é um dos principais produtos exportados pelo Brasil. Explique a expansão, a partir de 1970, da cultura da soja em nosso país.

c) Cite dois dos principais compradores da soja brasileira.

Unidade 6

Introdução: estudo da população

Organizadores

Sonia Maria
Vanzella Castellar

Elvio Rodrigues
Martins

Elaboradores

Ana Lúcia de
Araujo Guerrero

Heitor Antônio
Paladim Junior

Jerusa Vilhena de
Moraes

Lidar com a Geografia é estabelecer continuamente relações entre diferentes elementos que estão presentes no espaço geográfico. Para aqueles que trabalham com esta ciência, a população é um dado que não pode ser deixado de lado quando se pretende entender estas relações. Vários exemplos cabem para mostrar este fato. Apresentamos aqui dois deles.

Relembrando o que foi apresentado anteriormente sobre a questão agrária, você pode perceber que a maneira de se entender e fazer a distribuição de terras implicará, antes de tudo, em problemas a serem enfrentados e solucionados por parte de quem ocupa uma determinada área, seja do ponto de vista do cuidado com o solo, seja da própria maneira de organização do trabalho. Fora do que foi apresentado, é possível comprovar a relação entre as questões naturais e sociais em épocas de chuva na cidade de São Paulo: a ocorrência de alguma alteração no meio físico provocado pela intempérie exigirá que a população que a ocupa seja deslocada para outras áreas.

Assim, falar da organização de determinado território, entender os problemas relacionados à ocupação de determinado meio e até entender grande parte dos conceitos da Geografia significa aprofundar a discussão referente à população.

Muitos teóricos, ao longo dos séculos e por diferentes motivos, demonstraram grande preocupação pelo entendimento dos problemas relacionados a este tema. Foram responsáveis por gerar um estudo aprofundado sobre os diferentes povos, os deslocamentos populacionais, suas causas e conseqüências, entre outros.

Indiretamente ou diretamente, estes estudos permitem o estabelecimento de políticas públicas e privadas de desenvolvimento econômico não apenas para algumas áreas, mas para todo o mundo. Não é sem motivo que nas metas de desenvolvimento que as Nações Unidas estabelecem para os países, encontraremos medidas específicas de atuação sobre sua população. Não é também sem motivo que ela organiza periodicamente encontros onde este tema esteja em pauta.

Antes de entrarmos nessa discussão, é importante abordar algumas das teorias que permearam as discussões ao longo do tempo. A partir daí será possível entender como esta temática está sendo tratada e como a sociedade estabelece as relações no espaço que ocupa com os diferentes elementos nele presentes.

Unidade 7

As teorias populacionais e os congressos mundiais

Na apresentação deste módulo foi visto que a população que habita o mundo é continuamente tema de grande debate teórico. A miséria presente em grande parte dos países do continente africano, a exploração do trabalho nos Tigres Asiáticos, a luta por terras no Brasil, a busca pela paz no Oriente Médio são temas que estão presentes em inúmeros encontros nacionais e internacionais e que são evidências destes fatos.

Essa discussão, no entanto, remonta a séculos. Platão e Aristóteles já discutiam sobre os problemas decorrentes do crescimento populacional. Indo além, apenas para finalidade didática, Thomas Robert Malthus, economista e pastor protestante inglês, publicou no ano de 1798 um livro intitulado *Ensaio sobre o princípio da população*. Malthus vivia na Inglaterra no período da Revolução Industrial. Observava aí que muitos camponeses eram obrigados a migrar para os centros urbanos onde eram mal remunerados, explorados pelo sistema industrial que se valia da abundante disponibilidade de mão-de-obra para pagar salários baixos e passavam a viver em condições muito precárias muitas vezes no limite entre a pobreza e a miséria.

Constatava que o constante desequilíbrio entre o crescimento acelerado da população e a produção de alimentos causava uma situação de miséria para o povo. Na tentativa de explicar e justificar a situação econômica e social da época, encarava que ela era causada pela diferença entre a população que cresce segundo uma progressão geométrica (PG: 2,4,8,16,...) e a produção de alimentos que cresce segundo uma progressão aritmética (PA: 2,4,6,8,...). Concluía seu raciocínio afirmando que as famílias mais carentes não deveriam ter filhos para que a Inglaterra pudesse erguer-se economicamente. Para ele, o problema do desenvolvimento econômico estava nas taxas de crescimento populacional.

Sabemos hoje que essa relação matemática do crescimento populacional e da disponibilidade de recursos acaba não ocorrendo na prática já que os seres humanos podem interferir na queda da taxa de natalidade e que podem ampliar com a tecnologia a quantidade de recursos disponíveis. Sobre este assunto, entendemos que a questão da fome não se restringe apenas a capacidade de produção de alimentos, mas sim que deve ser estendida a toda a população o acesso a esses alimentos. Isso ajuda a compreender a situação atual do mundo, com uma produtividade de gêneros alimentícios suficiente para nutrir com folga toda a população mundial ao mesmo tempo que milhares de pessoas continuam subnutridas.

No entanto, alguns resquícios do pensamento de Malthus aparecem – explícitas ou implícitas- em muitos debates. Suas idéias foram reformuladas no século XX pelo grupo dos *neomalthusianos*. Estes encaram que a reprodução da popu-

Organizadores

Sonia Maria
Vanzella Castellar

Elvio Rodrigues
Martins

Elaboradores

Ana Lúcia de
Araujo Guerrero

Heitor Antônio
Paladim Junior

Jerusa Vilhena de
Moraes

lação mais pobre no mundo representa um risco, e justificam que o grande número de habitantes desses países impedem seu desenvolvimento econômico.

Os neomalthusianos afirmam que Malthus errou ao considerar que a produção de alimentos não acompanharia o crescimento da população. No entanto, acreditam na existência de um limite, um número máximo de pessoas que o planeta é capaz de suportar, que seria atingido dentro em breve se o crescimento demográfico dos países subdesenvolvidos continuar acelerado.

Essas teorias surgiram justamente no período pós Segunda Guerra Mundial, momento em que se percebia o grande crescimento dos países subdesenvolvidos e a necessidade dos países europeus de se recuperarem da crise pela qual estavam passando.

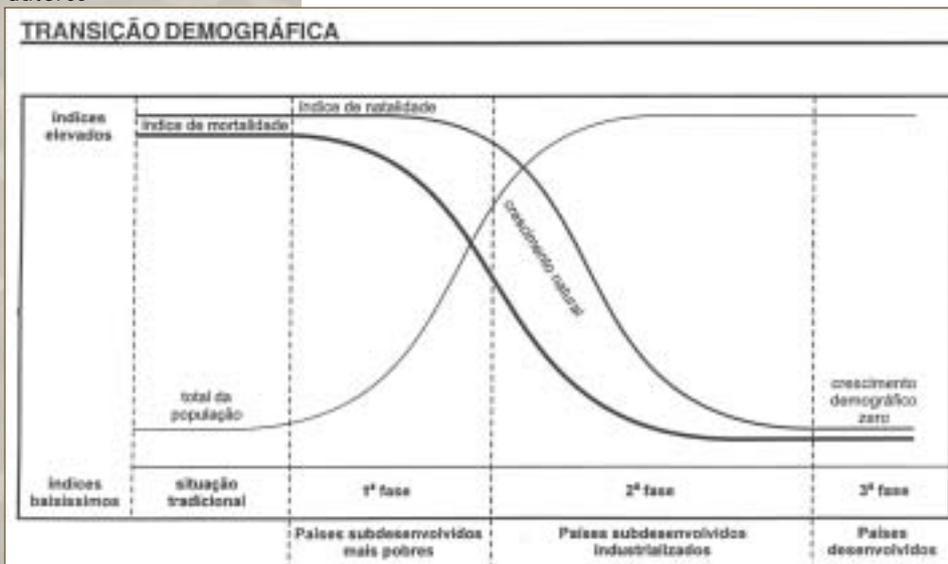
Esta constatação, que partiu dos países mais ricos, gerou uma quantidade considerável de medidas por parte das organizações internacionais que advertiam o mundo quanto aos perigos do excesso de pessoas e da necessidade de controle da natalidade.

Partindo dos argumentos de que o rápido crescimento populacional seria um obstáculo ao desenvolvimento econômico e social dos países subdesenvolvidos e de que a pobreza dos países mais pobres tinha como principal causa o número de filhos que cada mulher possuía, as organizações internacionais adotaram e incentivaram várias medidas de redução da natalidade para os países mais pobres através de inúmeros programas sociais. Entre elas podemos citar: a distribuição de anticoncepcionais, os abortos induzidos e a esterilização (medidas executadas em massa); a adoção de políticas do filho único, como ocorre com a China e a Índia; a não ajuda econômica para os países que não aderirem a sua regras.

Contrários aos neomalthusianos, os *reformistas* entendem que a diminuição nos índices de natalidade e mortalidade ocorrerá durante o próprio desenvolvimento do sistema capitalista. Para estes teóricos, todos os países capitalistas naturalmente realizarão uma melhor distribuição da riqueza. Embora a temática da população seja feita a partir desta teoria pelo viés social e econômico, sabemos hoje que essa maior distribuição da riqueza acaba não ocorrendo na prática.

A partir da década de 70 do século XX, o discurso dos neomalthusianos torna-se novamente presente nos assuntos relacionados ao meio ambiente. Alguns países como EUA, Alemanha e Japão afirmavam que o crescimento da população era responsável pela degradação ambiental e que levaria ao

Fonte: Adaptado pelos autores



esgotamento dos recursos naturais. Tal posição também será rebatida alguns anos mais tarde nas Conferências organizadas para discutir essas questões e que serão apresentadas adiante.

Nos anos 40 do século XX, consolida-se uma teoria chamada de *Transição Demográfica*. Os teóricos desta corrente entendem que em todos os países, após um período de grande crescimento econômico, a popula-

ção mundial se estabilizará com a queda nos índices de mortalidade e de natalidade, chegando por fim a um equilíbrio.

Por esta teoria, entende-se que todos os países passarão por três fases distintas, variando os níveis de fecundidade e mortalidade. A variação acontece como decorrência de dois grandes fatores: a urbanização, que reduz a fecundidade pelo aumento da participação da mulher no mercado de trabalho e traz como principais conseqüências o aumento da escolarização, a difusão dos meios de informação e a queda da mortalidade devido à concentração dos serviços da área de saúde- e o desenvolvimento econômico, que se indicará pelo aumento de renda e pelo aumento nos índices sociais. Entende-se ainda que a melhora econômica passa pela diminuição da natalidade, mas como um acontecimento natural, ou seja, naturalmente as pessoas tomam decisões e naturalmente o desenvolvimento econômico vai levar à diminuição da natalidade e da mortalidade.

Alguns trabalhos da área de Economia utilizam o termo *taxa de fertilidade*. Consideramos equivocado este termo, já que entendemos que todas as mulheres, em princípio, são férteis. Abaixo, encontram-se as principais taxas utilizados pelos geógrafos e demógrafos.

Fecundidade: é o total de nascimentos dividido pelo total de mulheres. Trata-se de um índice mais preciso, já que os dados permitem entender como está sendo o nascimento: (se é por conta do aumento do índice de escolarização, se é por conta da renda). Alguns fatores influenciam o aumento ou diminuição desta taxa, como a participação da mulher no mercado de trabalho e o desejo de consumo.

Natalidade: é o total de nascimentos verificados em uma população durante o período de um ano. Para calcularmos essa taxa, utilizamos a seguinte fórmula matemática: taxa de natalidade = n° de nasc. X 1000/ população total.

Mortalidade: é o percentual de mortes verificadas em uma população no período de um ano. Para calcularmos, utilizamos a seguinte fórmula matemática: taxa de mortalidade: n° de morte x 1000/ população total.

Observamos que isso de fato ocorre nos países desenvolvidos; já nos subdesenvolvidos, há uma grande diversidade de situações: os países mais miseráveis encontram-se ainda na primeira fase, retratada pelo gráfico com alto índice de natalidade e de mortalidade. O terceiro estágio é entendido como o mais caótico, pois é quando a população pára de crescer. Como se trata de uma oscilação do fenômeno não sabemos o que poderá ocorrer. Pode ser que alguns países voltem ao primeiro estágio ou ao segundo, já que falar de população é falar de mudança de valores e de posturas. Alguns países como a Suécia e a Noruega reduziram tanto a taxa de fecundidade quanto a de mortalidade, acabando por gerar uma nova situação não prevista: o envelhecimento demográfico.

ÍNDICES SOCIAIS

Os índices sociais são aqueles que analisam a qualidade de vida da população. Uma das propostas relacionadas à avaliação desta qualidade- elaborada por um programa ligado à ONU chamado Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – sugere três indicadores para aquilo que chamam de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

O primeiro é a saúde, avaliada pela esperança de vida ao nascer. O segundo é a educação, avaliada com base na taxa de alfabetização de adultos, juntamente com a taxa de matrícula nos três níveis de ensino. O terceiro indicador é a renda das pessoas em seu próprio país, medido pelo PIB per capita ajustado para diferenças no custo de vida de cada país, sendo o resultado expresso em PPP\$ (dólar da paridade do poder de compra).

O índice é tabulado de 0 a 1. Os países com IDH alto possuem valor maior que 0,5, países com IDH baixo, possuem valor menor que 0,5.

Para que os países obtenham recursos do Banco Mundial ou do FMI são estimulados a melhorar estes níveis. É aí onde mora o perigo: em diversos países observamos políticas – ligadas à educação e à saúde – que são implementadas sem planejamento e com nenhuma reflexão e participação da população nas decisões.

A *Teoria Populacional Transição Demográfica* é atualmente a mais aceita. No entanto, sabe-se que, apesar de conseguir explicar as variações entre os países, ela não dá conta de explicar a variação dentro de um mesmo país. Um exemplo que evidencia isso é o que ocorre com o Brasil. Por esta teoria não entendemos porque no sul houve um decréscimo da população e no centro-oeste aumento. Este fato pode ser explicado pelas migrações que serão discutidas adiante.

O fato é que, desde a década de 90 do século XX, ampliou-se a discussão sobre a questão populacional nos encontros internacionais. Em 1994, na Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento, ocorrida no Cairo, além de se estabelecer uma política demográfica mundial, houve uma preocupação quanto aos direitos reprodutivos dos casais e à saúde da mulher. A questão populacional foi, pela primeira vez, relacionada a outros aspectos, como as questões educacional e econômica. Foi também pela primeira vez que se falou dos direitos das mulheres. Nela, os países comprometeram-se a adotar medidas específicas para os idosos, deficientes físicos e adolescentes.

Em 1995, ocorreu em Pequim a IV Conferência sobre a Mulher, onde foram definidas linhas de atuação específicas sobre a valorização da saúde da mulher. Em 1996, organizou-se uma conferência sobre a questão do assentamento populacional mundial, chamada Habitat II, em Istambul. Nela, definiram-se princípios e um plano global de ação, visando orientar os esforços nacionais e internacionais no campo de melhoria dos assentamentos humanos. A questão da moradia no mundo em constante urbanização e da qualidade de vida entram para ampliar as discussões referentes à temática populacional.

É inegável que as políticas dos governos em assuntos que têm como meta o desenvolvimento econômico e social permitem que as pessoas façam escolhas mais aprofundadas sobre planejamento familiar, saúde da mulher e condições de trabalho de cada povo. No entanto, parte dos planos de atuação estabelecidos nessas conferências e que resultaram em atuações específicas dos governos, converteram-se em uma verdadeira perseguição ocorrida dentro dos próprios países.

Na preocupação de implementar medidas que garantissem a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento econômico e a obtenção de recursos financeiros extras, alguns países implementavam políticas que atentavam contra a liberdade de escolha dos casais e da própria pessoa. Cabem aqui fatos ocorridos na Índia cujo governo, em troca de dinheiro e de pilhas, realizava a vasectomia, ou a política do filho único na China ou a alteração nos índices educacionais por medidas nada lícitas (como a aprovação em série dos alunos) com o intuito de receber cada vez mais financiamento externo para diferentes programas sociais.

Por parte das instituições e órgãos que participaram destas conferências e que estavam ligados à ONU, observamos que não foram discutidas questões relacionadas à forma de consumo e utilização dos recursos.

Para que entendamos o impacto que cada medida apresentada nessas conferências tem para os países e para que soluções sejam adequadamente apresentadas é importante analisarmos a situação da população no Brasil e no mundo.

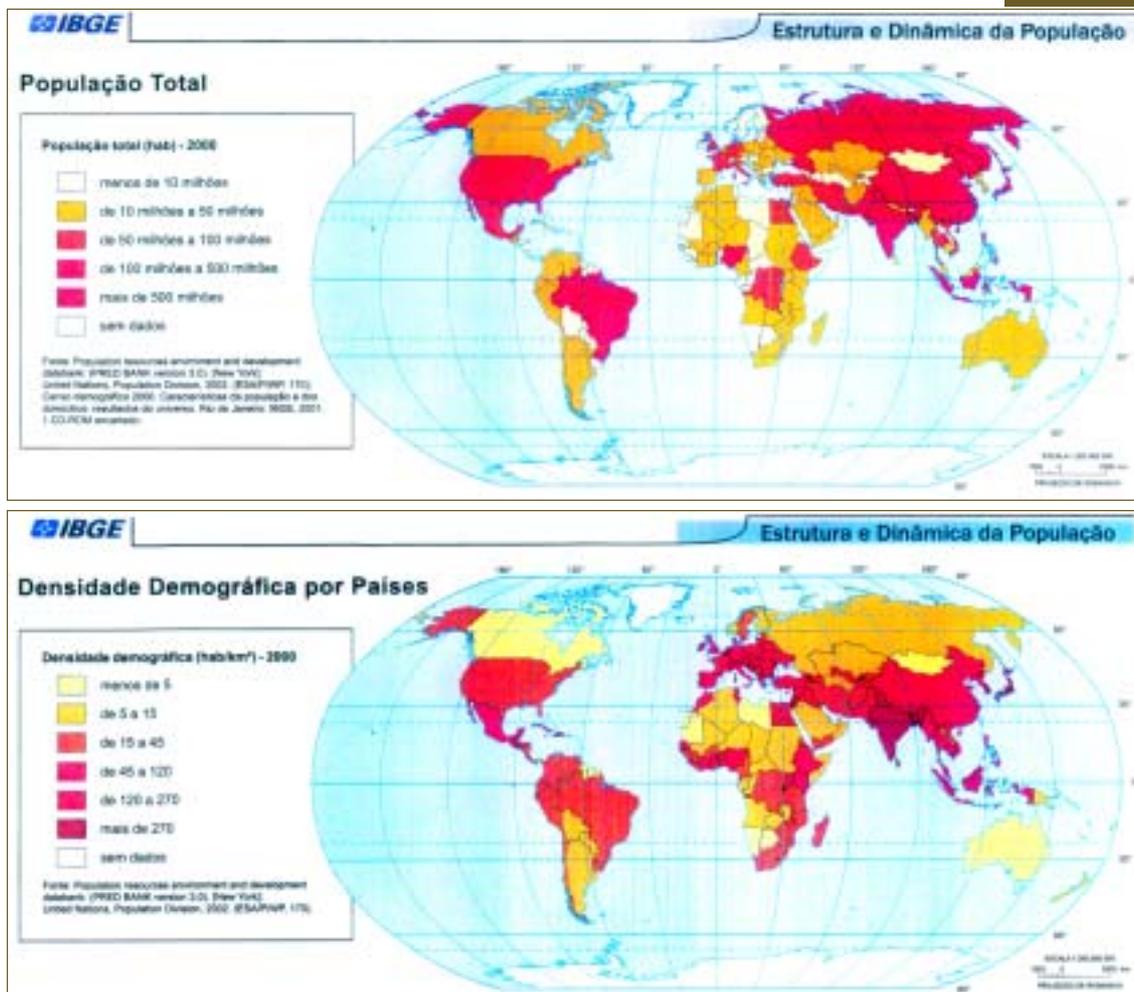
Unidade 8

População no Brasil e no mundo

Quando são abordados assuntos relacionados à população, é muito comum ouvir os seguintes tipos de frases: que para o ano tal não haverá mais espaço para tanta gente no mundo, que os pobres têm muitos filhos e que se a China continuar neste ritmo de crescimento populacional não haverá mais emprego para todos. Por outro lado, também ouvimos frases relacionadas ao aumento da população idosa em países mais desenvolvidos e que as campa-

Organizadores
Sonia Maria
Vanzella Castellar
Elvio Martins

Elaboradores
Ana Lúcia de
Araujo Guerrero
Heitor Antônio
Paladim Junior
Jerusa Vilhena de
Moraes



nhas de controle da natalidade estão dando certo. Tratam-se de frases antagônicas, presentes naquilo que chamamos de senso comum, fazendo parte do que é comentado entre as pessoas e na mídia. Sobre este assunto, a questão que fica é: qual ou quais destas frases estão corretas?

Antes de respondermos a essa questão, analisaremos dados presentes em dois tipos de fontes diferentes: dois mapas da distribuição da população no mundo e uma tabela com alguns dados sobre os países.

Olhando para o primeiro mapa, é possível constatar a distribuição da população no mundo. Pela tonalidade das cores presentes na legenda, verificamos que alguns países possuem uma quantidade maior de pessoas que outros. Ao confrontarmos as informações com o segundo mapa, perceberemos que alguns países possuem uma quantidade maior de habitantes por km². Se focarmos nossos olhos para o Japão, por exemplo, verificaremos que é um país populoso e povoado; já a Holanda é pouco populosa e muito povoada. Estas duas informações são obtidas quando analisamos a *população absoluta* e *relativa* de cada lugar.

A *população absoluta* é o número total de habitantes de um lugar (país, cidade etc.). A *população relativa* é o número total de pessoas por km² de um lugar (esse cálculo é realizado com a divisão da população absoluta pela área e constitui a densidade demográfica de uma determinada área).

Observar e extrair informações de um mapa populacional é entender que, se o espaço geográfico não é algo fixo, isso ocorre pelo fato de que a própria população não é estática.

Este dado, acrescido à informação trazida nos mapas anteriores, são essenciais, pois é comum ouvir previsões de que em determinado ano haverá explosão demográfica. A comparação com mapas e dados populacionais de períodos anteriores, isso nos leva a concluir que tal informação representa a volta do pensamento neomalthusiano, sendo, portanto, uma afirmação errônea.

Tratar da questão populacional, além de implicar a obtenção dos recursos financeiros que serão destinados às localidades (como foi visto quando apresentamos a participação dos órgãos internacionais nas Conferências) significa analisar o reordenamento do território ao longo dos séculos e pensar como diferentes povos resolvem os problemas relacionados à ocupação do seu espaço.

Nos dados apresentados pelo Banco Mundial (www.bancomundial.org) para diferentes anos, constatamos períodos de grande crescimento demográfico, fruto das transformações ocorridas na indústria e na urbanização. Essas transformações impulsionaram melhorias no sistema de saneamento básico, no abastecimento de água, na coleta de lixo, na própria alimentação e na medicina (surgimento de vacinas, controle de doenças etc.). A partir dos anos 50 do século XX, o crescimento populacional mundial está associado à diminuição das taxas de mortalidade nos países subdesenvolvidos.

Em todos os países, observamos que a população se locomove principalmente em função da ocorrência de guerras, de dificuldades econômicas e da própria mobilidade no trabalho.

O mapa abaixo apresenta os países que mais recebem imigrantes e a direção dos fluxos migratórios.

Se, por um lado, este fenômeno é responsável, em todos os países, pelo aumento da taxa da população absoluta, por outro acaba por gerar diversos conflitos entre os países e na população que recebe esses imigrantes. No que se refere aos conflitos, muitos países acabam por segregar a população que chega, impedindo que os imigrantes tenham acesso a trabalhos com posto elevado; em outros casos,

acabam por gerar preconceitos e discriminações, como pode ser verificado com os argelianos na França, com os turcos na Alemanha, bolivianos e paraguaios no Brasil, mexicanos e demais latinos nos Estados Unidos, entre outros.

No caso específico do Brasil, o *crescimento vegetativo* foi o principal responsável pelo aumento da população. Observamos que aqui houve um declínio nas taxas de natalidade, que pode ser explicado por alguns fatores, tais como: a concentração da população nas áreas urbanas ocasionando uma mudança no comportamento das pessoas (que se casam mais tarde, em função do custo de vida maior na cidade e, como consequência, têm menos filhos, por exemplo), uma maior participação da mulher no mercado de trabalho e o crescimento do número de abortos.

Crescimento vegetativo ou *natural* é a diferença entre as taxas de natalidade e de mortalidade.

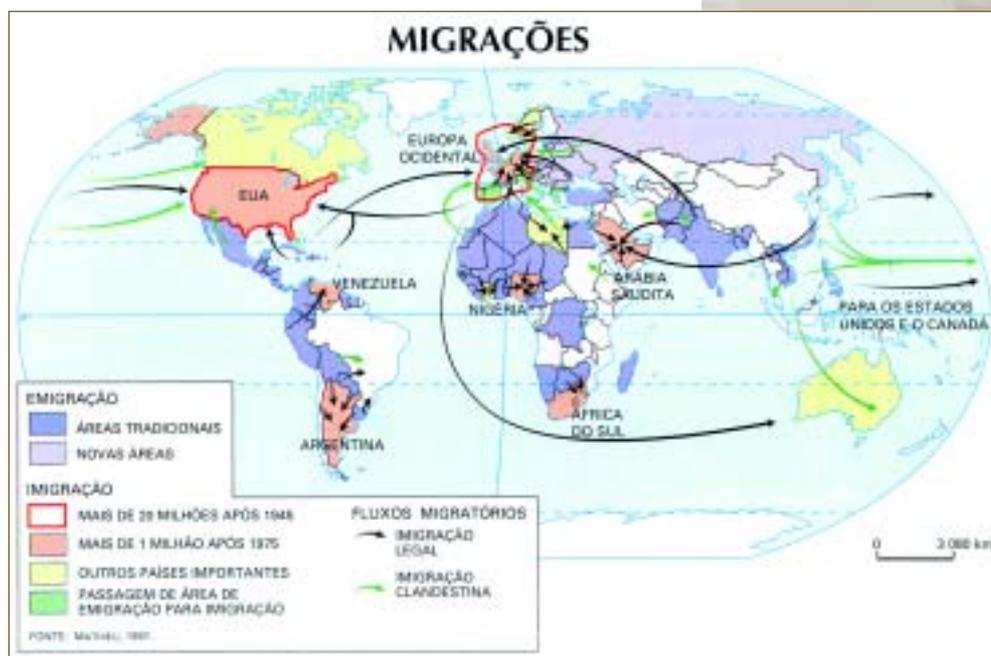
Crescimento demográfico ou *crescimento total* é o crescimento real. Para calcularmos, é necessário levar em consideração o número de pessoas que entram no país e o número daqueles que deixaram o país.

Na tabela abaixo, há informação sobre a evolução numérica da população no Brasil, do primeiro ao último censo realizado.

Tabela 5 – Crescimento da população brasileira no período 1872-1995

Ano	População absoluta	Ano	População absoluta
1872	9.930.478	1960	70.070.457
1890	14.333.915	1970	93.139.037
1900	17.318.556	1980	119.002.706
1920	30.653.605	1991	147.053.940
1940	41.165.289	1995	161.400.000
1950	51.941.767	2000	169.799.170

Fontes: IBGE, Anuários Estatísticos do Brasil; *L'État du Monde*, 1995. Complementado pelos dados do Censo de 2000.



Fonte: Simielli, 2000. *Geo-atlas*. São Paulo: Ática.

O crescimento demográfico que pode ser verificado por esta tabela tem sua justificativa na queda da taxa de natalidade e de mortalidade. Tal situação é explicada pelos mesmos motivos que ocorreram nos países europeus e que já foram apresentados neste módulo: a redução da mortalidade em função do avanço na medicina e a redução da natalidade e da fecundidade em função da urbanização e da participação da mulher no mercado de trabalho.

Outro dado relacionado a essa mudança é a porcentagem de brasileiros residentes em áreas urbanas. Os dados do IBGE (Censo de 2000) indicaram que 81,25% da população vive nestas e, que o litoral ainda concentra os maiores centros urbanos, situação esta verificada desde o início da Colonização.

O crescimento demográfico apresenta-se atualmente decrescente, fazendo com que ocorra aqui um fenômeno antes só observado em países ricos, que é o envelhecimento populacional.

Quanto aos fluxos populacionais atuais, encontramos diferenças não apenas entre regiões mas entre os próprios Estados. As regiões Norte e Centro-Oeste possuem uma porcentagem maior em função dos *fluxos migratórios* atraídos pela oferta de trabalho com recursos minerais (principalmente nas atividades de garimpo) e nas atividades agrícolas. Abaixo, encontra-se um mapa que mostra a direção desses fluxos dentro do Brasil.

No caso da região Sudeste, São Paulo é ainda o maior receptor de migrantes, apesar dos dados do IBGE terem apresentado uma queda (em 1991, 1.427 mil

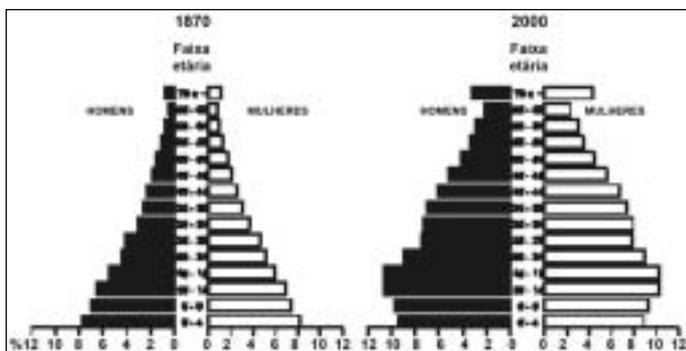
personas chegaram à região vindas de outras partes do país; em 1996 apenas 1.220 mil), em função principalmente do retorno da população nordestina. Houve também alteração nos fluxos de migrantes: não mais se deslocam para as grandes cidades, mas para as cidades de médio porte em função de – segundo alguns autores – do processo de desmetropolização.



Fonte: IBGE

Atividades

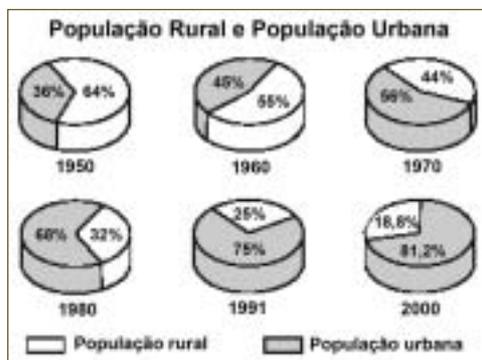
1. (Unesp 2004) A figura, construída com dados do IBGE, apresenta as pirâmides etárias da população brasileira, em 1970 e 2000. Nesse período, as mudanças pelas quais passou o Brasil repercutiram na dinâmica demográfica e na estrutura das idades, embora nosso país permaneça entre os de maior contingente populacional do mundo.



(Atlas Geográfico Melhoramentos, 2002.)

- Quais são os processos que promovem o aumento da população num país?
- Explique as transformações na pirâmide etária do Brasil, fornecendo duas causas e duas prováveis conseqüências.

2. (Unesp 2004) Observe os gráficos. Eles mostram a evolução, desde 1950, da participação relativa (%) da população rural e urbana na população total do país. Em termos absolutos, segundo o Censo de 2000, a população total do Brasil era de 169 799 170 habitantes, dos quais 137 953 959 compunham a população urbana, sendo que a população rural era de apenas 31 845 211 habitantes.



(Atlas Geográfico Melhoramentos, 2002.)

De posse dessas informações, responda:

- Que fatores provocaram tão profundas modificações?
- Hoje, quais são as principais conseqüências dessa evolução?

3. (Fuvest 2004) O gráfico representa taxas crescentes ou decrescentes da população e da produção agrícola de três países. A partir dos dados, identifique os países I, II e III.



Fonte: De Agostini, 2002.

	I	II	III
a)	Moçambique	Venezuela	China
b)	China	Moçambique	Venezuela
c)	Moçambique	China	Venezuela
d)	China	Venezuela	Moçambique
e)	Venezuela	Moçambique	China

4. (Fuvest 2004) Analise o mapa.

- a) Descreva o mapa.
- b) Explique as diferenças regionais.



Fonte: Atlas Geográfico Escolar, IBGE, 2002.

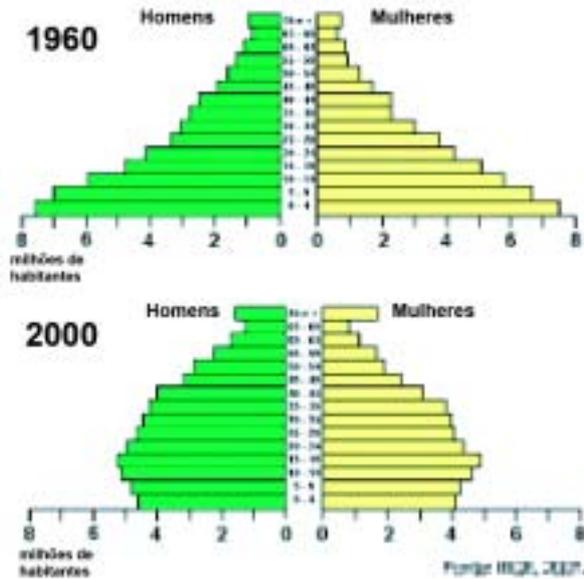
5. (Fuvest 2002) Analise as pirâmides etárias do Brasil, considerando os itens abaixo sobre a estrutura populacional brasileira.

I. O aumento significativo, na faixa de 15-19 anos, nesse período, foi decorrente do milagre econômico brasileiro.

II. A base mais estreita da pirâmide de 2000, quando comparada com a de 1960, indica uma redução na taxa de natalidade.

III. O alargamento do topo da pirâmide de 2000 indica um descréscimo da expectativa de vida da população brasileira.

IV. Nos últimos 40 anos, há evidências de que o país passa por processo de transição demográfica.



Estão corretas todas as afirmações da alternativa

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

6. (Fuvest 1997)

Percentual da população economicamente ativa (PEA) por setores da economia em países americanos.

Considerando, separadamente, os países dos blocos I e II,

a) examine a tabela e compare a evolução da PEA no setor primário, analisando suas razões e conseqüências.

b) examine a tabela e compare a evolução da PEA no setor secundário, analisando suas razões e conseqüências.

c) conceitue o que é setor terciário e analise suas diferenças de estrutura nos dois blocos.

7. O arquipélago de Fernando de Noronha, as ilhas de Trindade e Martin Vaz e os rochedos São Pedro e São Paulo são ilhas oceânicas brasileiras. Considerando que essas ilhas não guardam nenhuma relação com o relevo continental, é correto dizer que sua origem está vinculada a:

- a) soerguimento de blocos falhados
- b) dobramentos terciários
- c) vulcanismo submarino
- d) ascenso do nível do mar
- e) acumulação de corais

8. Sobre as reservas indígenas no Brasil, é correto afirmar que

- a) estão preservadas e livres do desmatamento.
- b) reverteram a tendência à desagregação dos povos indígenas.
- c) estão a salvo da ação das mineradoras e madeireiras devido à atual legislação.
- d) foram criadas segundo modelo das Reservas da Biosfera proposto pela UNESCO.
- e) atraem estrangeiros, interessados em usar o conhecimento indígena sobre plantas na indústria farmacêutica.

Bibliografia

- BEAUJEU-GARNIER, J. 1980. *Geografia da População*. 2ª edição, São Paulo: Ed. Nacional.
- CASTELLAR, S.; ARMANI, G. 2003. A fome, a produção agrícola e os recursos naturais. In *PEC – Construindo Sempre. Geografia – Módulo 1*. São Paulo: Secretaria Estadual da Educação.
- DAMIANI, A. 1996. *População e Geografia*. 2ª. edição. São Paulo: Contexto. (Coleção Caminhos da Geografia).
- FERNANDES, B.M. 1999. *Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro. Formação e Territorialização do MST - 1979 a 1999*. São Paulo: FFLCH-USP. Tese – Doutorado.
- FUNDAÇÃO SEADE; UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. 1991. *Atlas da população do Estado de São Paulo*. São Paulo: Seade/ Edusp.
- GAMBLIN, A. (dir.). 2002. *Images Économiques du Monde*. Paris: SEDES.
- MARTINS, J.S. 1995. *Os Camponeses e a Política no Brasil. As Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político*. 5ª. Edição. Rio de Janeiro: Vozes.
- MITIDIERO Jr, M.A. 2002. *O Movimento de Libertação dos Sem-Terra e as Contradições da Luta pela Terra no Brasil*. São Paulo: FFLCH – USP. Dissertação – Mestrado.
- OLIVEIRA, A.U. 1995. Agricultura brasileira: transformações recentes. In Ross, J.L.S. (org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp (Didática – 3).
- PALADIM Jr, H.A.; MITIDIERO Jr, M.A. 2003. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Pueri Domus Escolas Associadas.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. (org.). 2001. *O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI*. 3ª. edição. Rio de Janeiro/ São Paulo: Ed. Record.
- STEDILE, J.P. 1997. *Questão Agrária no Brasil*. 3ª.edição. São Paulo: Atual.
- VAINER, C.B. 2000. Estado e migrações no Brasil: anotações para uma história das políticas migratórias. In *Travessia. Revista do Migrante. Migrações no Brasil*. Centro de Estudos Migratórios, janeiro-abril.
- ZELINSKY, W. 1969. *Introdução a Geografia da População*. Rio de Janeiro: Zahar.

Anotações

Anotações